

HT-23

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS RELAÇÕES DE GÉNERO E O ACESSO E CONTROLE DA TERRA PELA  
MULHER NA SOCIEDADE MACONDE DO PLANALTO DE MUEDA, 1930  
À ACTUALIDADE

*"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane"*

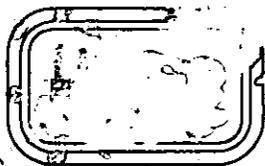
Por: Josefina Daniel

Maputo, 1997

396:332.282  
D184X

of

F. LETRAS U. E. M.
R. E. 26187
CATA 11/ Maio 1998
AQUIZADO 00/ta
COTA HT-23



## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Daniel Nkulunguila

e

Bendita Wassana

## AGRADECIMENTOS

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao meu Supervisor, Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo, pela confiança que em mim depositou durante a supervisão deste trabalho.

Quero expressar, também, agradecimentos inestimáveis ao Núcleo de Estudo de Terras (N.E.T.), pelo suporte financeiro prestado, sem o qual não teria sido possível a realização do presente estudo.

Os agradecimentos estendem-se à todos os meus informantes, homens e mulheres, no Planalto de Mueda, pela informação fornecida. A disponibilidade e colaboração por eles demonstradas ao longo do trabalho de campo foram, para mim, um grande encorajamento.

Este gesto, singelo, vai igualmente para as instituições e pessoas singulares que, directa ou indirectamente, me apoiaram em materiais para a elaboração desta Tese.

Aos meus irmãos, que de perto e de longe me encorajaram. A minha dívida de gratidão vai especialmente para a minha irmã Gertrudes Daniel Mpfumo, e ao meu cunhado João Américo Mpfumo. Os seus sábios ensinamentos e conselhos foram a luz que iluminou o caminho que percorri ao longo dos meus estudos.

Para finalizar, quero expressar a minha profunda e enorme gratidão ao meu namorado Cornélio Pedro Ntumi, pela paciência e compreensão. A sua presença foi um apoio decisivo em todos os momentos de realização desta Tese.

## RESUMO

A área do presente estudo é o Planalto de Mueda. Abordar os mecanismos de acesso e controle da terra pela mulher nesta área, entre 1930 à actualidade, constitui o seu objectivo. As entrevistas realizadas no terreno confirmam que na sociedade maconde pré-colonial, os macondes viviam em povoações dirigidas pelos respectivos chefes. As questões da terra eram tratadas no contexto de cada povoação. O homem, irmão e tio materno, era o detentor do poder governativo. A mulher era considerada a dona dos campos de cultivo, dos celeiros e dona de casa. O homem, esposo, subordinava-se, por algum tempo, à esposa, em questões de usufruto da terra. Nessa época, a família social era a que tinha maior peso. A presença do tio materno e a protecção que dava às suas irmãs e sobrinhas e a vivência em povoações, fortificavam os laços entre os membros da linhagem. A conquista colonial do Planalto de Mueda e a implantação de políticas coercivas, bem como a integração da sociedade maconde na economia regional, levaram a uma transformação profunda na área. A nível do agregado familiar, a população local foi desviada da sua actividade produtiva. As políticas coercivas, afectaram tanto o homem como a mulher. O cultivo forçado de algodão foi a grande viragem no padrão de distribuição da terra. Quem demarcava os terrenos de cultivo eram os oficiais do Estado Colonial. Esse novo padrão não jogava com a distribuição da terra via tios maternos. A introdução de bens na sociedade maconde, com as idas para o então Tanganhica foi, por outro lado, uma outra mudança que se verificou nessa sociedade matrilinear. O poderio económico dos homens, que se tornaram fortes economicamente que os guardiões das linhagens, contribuiu para a perda de poder dos tios maternos. Essa situação tomou contornos negativos com a intensificação de culturas forçadas. Até aos anos 50, os tios maternos tinham perdido o controle sobre os bens materiais, sendo o recurso terra o único bem que estava em seu poder. O início da luta armada dispersou as populações, obrigando-as a usufruir do recurso terra em condições de guerra. A dispersão dos membros da linhagem, bem como produção e vivência colectivas, levadas a cabo pela FRELIMO, contribuíram para a fragilização do poder dos tios maternos. A sociedade maconde saída da luta armada estava em "crise", quer no que diz respeito ao poder do tio materno, quer no que concerne à sua instituição linhageira. O estabelecimento de aldeias comunais no período pós-independência, acentuou, ainda mais, essa "crise". Essa fase pode ser entendida como a de início de pauperização crescente da mulher. A queda do papel dos tios maternos significou o fim de acesso à terra em condições favoráveis, pela mulher, e explica a "crise" que a mulher vive actualmente em termos de acesso à esse recurso na sociedade maconde. Essa situação toma contornos extremos na actualidade, pois que ela depende principalmente do usufruto da terra via casamento que via tio materno. É, assim, que se sugere a implementação de projectos que facilitem a utilização do recurso terra pela mulher, uma vez que ela constitui o principal produtor e gestor do alimento no contexto familiar.

INDICE:

<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>1</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 A MULHER E A QUESTÃO DE ACESSO À TERRA: AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....	3
1.2 MÉTODOS E FONTES .....	9
1.3 O PLANALTO DE MUEDA: O TERRITÓRIO E A POPULAÇÃO .....	10
1.4 APRESENTAÇÃO DO PLANO TEMÁTICO .....	15
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>17</b>
<b>2. OS MECANISMOS DE ACESSO E CONTROLE DA TERRA NA SOCIEDADE MACONDE NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.....</b>	<b>17</b>
INTRODUÇÃO .....	17
2.1 A SOCIEDADE MACONDE NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.....	17
2.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A LINHAGEM.....	23
2.2.1 <i>As Regras de residência</i> .....	25
2.2.2 <i>A " Divisão" de filhos</i> .....	28
2.2.3 <i>A Posição do tio materno na sociedade maconde</i> .....	31
2.3 A QUESTÃO DE DISTRIBUIÇÃO DA TERRA .....	33
2.3.1 <i>Os Procedimentos</i> .....	33
2.4 CONCLUSÃO.....	37
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>38</b>
<b>3. AS MUDANÇAS SURGIDAS NA SOCIEDADE MACONDE, COM A PENETRAÇÃO ESTRANGEIRA, NO QUE CONCERNE AO ACESSO E CONTROLE DA TERRA, ENTRE 1930 AO PERÍODO ANTES DO INÍCIO DA LUTA ARMADA .....</b>	<b>38</b>
INTRODUÇÃO .....	38
3.1 A CONQUISTA COLONIAL DO PLANALTO DE MUEDA: AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....	39
3.2 A SOCIEDADE MACONDE DO PLANALTO DE MUEDA, 1930 AO PERÍODO ANTES DA LUTA ARMADA .....	41
3.3A ECONOMIA NO PLANALTO DE MUEDA COLONIAL: A PRODUÇÃO CAMPONESA E O CULTIVO FORÇADO DE ALGODÃO.....	50
3.4 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE MACONDE DO PLANALTO DE MUEDA, NO PERÍODO COLONIAL .....	54
3.5. CONCLUSÃO.....	57
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>58</b>
<b>4. O PLANALTO DE MUEDA E A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1964-1974 .....</b>	<b>58</b>
INTRODUÇÃO .....	58
4.1 O INÍCIO DA LUTA ARMADA E A QUESTÃO DA TERRA.....	59

4.2 A SITUAÇÃO CRIADA PELA GUERRA, NO QUE DIZ RESPEITO À INSTITUIÇÃO LINHAGEIRA .....	62
4.3 CONCLUSÃO.....	65
<b>CAPÍTULO V: .....</b>	<b>66</b>
<b>5. O PERÍODO PÓS- INDEPENDÊNCIA NA SOCIEDADE MACONDE DO PLANALTO DE MUEDA: DE 1975 À ACTUALIDADE .....</b>	<b>66</b>
INTRODUÇÃO .....	66
5.1 O SURGIMENTO DE ALDEIAS COMUNAIS: SUA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	66
5.2 A SOCIEDADE MACONDE DO PLANALTO DE MUEDA: DA VIVÊNCIA EM POVOAÇÕES ÀS ALDEIAS COMUNAIS.....	73
5.3 A FASE ACTUAL.....	79
5.3.1 <i>A Questão de acesso e controle da terra pela mulher no contexto de relações de género</i> .....	79
5.4 CONCLUSÃO.....	82
<b>CAPITULO VI.....</b>	<b>83</b>
6.1 CONCLUSÃO GERAL.....	83
6.2 RECOMENDAÇÕES.....	85

## BIBLIOGRAFIA

## ANEXOS

## CAPÍTULO I

### 1. INTRODUÇÃO

O acesso à terra é uma questão chave, não só para a maioria de agregados familiares africanos, mas particularmente significativo para a mulher visto que ela constitui o maior produtor e gestor do alimento familiar. Contudo, os estudos sugerem que, em muitos casos, ela é destituída de direitos sobre os recursos, incluindo a terra.

O objectivo do presente estudo é a abordagem de questões relacionadas com os mecanismos de acesso e controle da terra pela mulher, no contexto de relações de Género, na sociedade maconde do Planalto de Mueda. Entender esses mecanismos significa, sobretudo, explicar que alterações surgiram na região que fizeram com que a mulher perdesse o papel que detinha anteriormente, no acesso à terra, no contexto de instituição linhageira, e a partir de que momento é que se pode falar de mudança em relação ao passado. Especificamente, qual é a consequência lógica de falta de acesso à terra pela mulher, na fase actual, na região.

O período em estudo cobre duas grandes fases: A Colonial ( 1930 - 1974) e a Pós- Colonial ( 1975 à actualidade). A compreensão da questão de acesso à terra nessas fases passa, necessariamente, pela menção à fase antecedente: Pré- Colonial, porque assim será, provavelmente, possível, encontrar as linhas de diferença e de continuidade ao longo do tempo.

A partir do início dos anos 30, introduziu-se a venda de terras no Planalto de Mueda, sinal evidente de penetração de relações de mercado na sociedade maconde. Esse facto mostra, só por si, que essa sociedade já tendia mais para uma economia monetarizada, em vez de simples troca de produtos agrícolas/ artigos (tecidos, missangas, pólvora, armas), com a costa. Durante a década de 40, o regime colonial tenta, insistentemente, incorporar a população local nas culturas forçadas, principalmente a de algodão, usando meios coercivos. A partir dos anos 50 verifica-se a integração maciça da população local na economia colonial. A introdução de bens materiais e valores monetários, na sociedade maconde, foi, gradualmente,

enfraquecendo o poder de chefes das povoações. Os sobrinhos ( herdeiros directos dos destinos da linhagem) tornaram-se, em alguns casos, economicamente mais fortes que os tios maternos.

A luta armada, iniciada em Setembro de 1964, levou à dispersão das populações das suas antigas povoações. Esse facto contribuiu, em grande medida, para acentuar a queda da autoridade dos guardiões das linhagens, uma vez que as condições impostas pela guerra não permitiam que eles exercessem convenientemente as suas anteriores tarefas e, particularmente a distribuição de terra aos membros das suas povoações/linhagens.

A sociedade maconde saída da luta armada era, em si, uma sociedade em "crise", em termos de instituição linhageira. As políticas implementadas no pós-independência acentuaram, ainda mais, essa "crise". A vivência em moldes colectivos significou, para a sociedade maconde, o fim da vivência em povoações, que fortificava os laços entre os membros da povoação/linhagem. Por outro lado, essa fase pode ser entendida como a do início de pauperização crescente da mulher, situação que toma contornos extremos na actualidade, já que ela conta muito com a terra do esposo e não da linhagem.

Na presente tese defende-se que a incorporação da sociedade maconde- quer na economia regional, quer na mundial, o início de circulação de valores monetários, aliados à políticas impostas pelo regime colonial, bem como as políticas preconizadas pela FRELIMO no período pós-independência, contribuíram, de forma significativa, para a desintegração da antiga instituição linhageira- e conseqüente enfraquecimento

dos guardiões das linhagens- impedindo-a de desempenhar convenientemente as suas anteriores funções costumeiras.

O presente estudo pretende, em primeiro lugar, ser uma singela contribuição à Historiografia de Moçambique. Em segundo lugar, consiste em mostrar qual foi a tendência de evolução da questão de acesso à terra pela mulher ao longo do tempo, no contexto de relações de Género. Para a fase actual pretende saber qual é a situação da mulher, independentemente do seu estado civil, no que concerne ao seu acesso à terra na região.

### *1.1 A Mulher e a questão de acesso à terra: as perspectivas teóricas*

Os estudos sobre a questão do acesso à terra pela mulher na sociedade maconde são escassos.

A obra de Jorge e Margot Dias<sup>1</sup> é de inestimável valor. É, e será sempre, uma fonte de referência para qualquer estudioso que queira abordar os multifacetados aspectos dos macondes de Moçambique. Escrita em 3 volumes, a obra constitui, indiscutivelmente, um dos melhores estudos sobre a sociedade matrilinear maconde. Embora não verse especificamente sobre a matéria em estudo, dá referências bastante úteis para a compreensão da estrutura social maconde, e particularmente a sua instituição linhageira e as funções desta, visto que era no contexto da linhagem que se enquadrava a questão de acesso e controle da terra. Particularmente interessante sobre a matéria é a distinção que fazem, dos estatutos, quer do homem, quer da mulher, na

---

<sup>1</sup> Jorge Dias, Margot Dias, *Os Macondes de Moçambique*, 3 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964; 1970. Nos primeiros dois volumes apresentam a base sobre a qual assenta o homem como ser social. Consideram as condições como o homem evoluiu e se adaptou ao seu ambiente e encontrou maneiras de subsistir agindo sobre ele. Realçam o III volume como o mais importante dos dois primeiros referindo que é nesse último em que se aborda a vida social como um todo estrutural.

sociedade maconde. Segundo os autores, a sociedade que estudaram, entre o final dos anos 50 e o início dos anos 60 era, antes de mais, governada pelos homens- não como esposos, mas como irmãos e tios. Segundo os princípios baseados na linhagem, por que a sociedade era regida, as mulheres eram consideradas as donas dos campos de cultivo. Contudo, esse facto não as colocava numa posição superior em termos de poder governativo, pois que este encontrava-se nas mãos de indivíduos de sexo masculino: Seus irmãos e tios maternos. Particularmente interessante, ainda, no seu estudo é a observação segundo a qual, até à altura da sua pesquisa,<sup>2</sup> a condição para se viver no povoado do respectivo chefe era a pertença ao mesmo ancestral comum, e no caso vertente à mesma ancestral por via uterina. A observação dos Dias sugere que até à época do seu estudo, a instituição linhageira não tinha sido profundamente abalada, o que pressupõe que mantinha as suas funções, e os tios maternos desempenhando as suas tarefas ligadas às questões da terra, tais como a distribuição e o controle desse recurso. Contudo- e ao mesmo tempo- Dias<sup>3</sup> não deixa de observar que a intromissão de elementos estranhos na sociedade maconde constitui uma ameaça à sua estrutura social, e particularmente para a sua instituição linhageira, com nomeações, em alguns casos, de régulos sem a observância de regras de sucessão aí vigentes: de tio materno para o seu sobrinho uterino, levadas a cabo pela administração local, após a conquista colonial. Para ele, esse constituía sinal de desintegração de todo um conjunto de princípios por que a sociedade era regida, pois que funcionavam em pleno se, enquadrados, numa visão de conjunto.

---

<sup>2</sup> Segundo os resultados obtidos em povoados padrão.

<sup>3</sup> Jorge Dias, Os Macondes de Moçambique: Vida Social e Ritual, vol.III ( Lisboa, 1970):306

A obra de Leonor Matos<sup>4</sup>, embora aborde a questão da propriedade da terra numa área diferente do Planalto de Mueda, constitui uma obra a considerar. Particularmente interessante no seu estudo é a diferenciação que faz entre as sociedades de regime matrilinear (Acheua, Angoni) da de regime patrilinear (Angoni). Ela mostra, assim, as grandes linhas de diferença existentes entre os dois tipos de regime. Para o caso das sociedades matrilineares que estudou mostra qual é a posição do homem na matrilinearidade da mulher, e particularmente no acesso à terra, referindo que ele é aí estranho, e dependente da mulher no usufruto desse recurso.

O artigo de Meena<sup>5</sup>, focaliza o seu estudo na perspectiva de Género. Embora não verse sobre a área do presente estudo, é bastante útil, uma vez que dá uma visão bastante ampla da situação da mulher no contexto das relações de Género, na região Austral do Continente Africano. A autora mostra que, apesar das mulheres constituírem a maioria de produtores alimentares, na região, elas não têm os direitos sobre os recursos, incluindo a terra. Na sua opinião, a falta de acesso aos recursos, incluindo a terra, aliada à dificuldades na obtenção de crédito e o considerar-se o homem como a "cabeça" do agregado familiar, em detrimento da mulher, são alguns dos constrangimentos que aponta como estando na origem do fraco contributo que a mulher joga nas políticas de desenvolvimento económico, nos países da região. A insegurança alimentar e a subnutrição, que devastam extensas regiões do continente são, segundo ela, o resultado de falta de acesso à terra pela mulher. Embora o estudo não apresente

---

<sup>4</sup> "Notas Sobre o Direito de Propriedade da Terra dos Povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique", Maria Leonor Correia Matos./ In: MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, Vol. 7, Série C.- Lourenço Marques: Inst. Invest. Cient. Moç., 1965

<sup>5</sup> Ruth Meena, ed., Gender in Southern Africa: Conceptual And Theoretical Issues.- Harare: SAPES Books, 1992

referências particulares sobre Moçambique, crê-se que o quadro descrito não foge muito à realidade que se vive no nosso país.

Enquadrando-se no contexto da África Austral é, ainda, o estudo de Archie Mafeje<sup>6</sup>. Ele apresenta uma visão bastante lógica da problemática de terras na parte sul do continente. Na sua opinião, a situação precária, relativa à terra, que se vive nessa região, é a consequência de longa herança colonial. Ao privilegiar a divisão de terras - férteis para os europeus e reservas para os africanos - colocou os últimos na situação de desfavorecidos em termos de melhores terras de cultivo. Essa situação é, ainda, mais difícil para a mulher. Para o autor, a situação é particularmente dramática para a mulher não casada, pois que o acesso à esse recurso é condicionado à sua vinculação aos elementos masculinos- o pai, o filho primogénito ou o sobrinho- nas sociedades matrilineares. Na sua óptica, a mecanização agrícola e o desenvolvimento da indústria mineira reforçaram, cada vez mais, o poder económico do homem em detrimento da mulher.

Em muitas sociedades rurais africanas, considera-se o homem como o "*cabeça*" do agregado familiar. O estudo do Banco Mundial<sup>7</sup>, observa que em tais sociedades, a mulher não é reconhecida como a detentora do direito de uso da terra. Esse documento frisa que, a posição do homem foi, ainda, reforçada com o advento da adjucação moderna, que considera o homem- porque "*cabeça*" do agregado familiar- responsável

---

<sup>6</sup> "Agregados e Perspectivas de Relançamento da Agricultura na África, ao Sul do Sara", Archie Mafeje./In: Ciências Sociais em África: Alguns Projectos de Investigação// Thandika Mkandawire, ed., Dakar: CODESRIA, 1992, p. 264

<sup>7</sup> The World Bank, The Role of Women in Economic Development.- Washinton D.C.: The World Bank ( A World Bank Country Study). s/d, p. xvi; Sobre o considerar-se o homem " cabeça" do agregado familiar, em detrimento da mulher, veja: Katrine A. Saitó, Daphne Sparling, Developing Agricultural Extension for WOMEN farmers ( World Bank Discussion Papers, nº 156).- Washington D.C.: The World Bank, 1992, p.14-15

pelo título do uso da terra, em detrimento da mulher, que se encontra, igualmente, na posição de "cabeça" do respectivo agregado familiar. A observação tende a sugerir que essa situação coloca muitos agregados familiares, cujos respectivos chefes são mulheres, na penúria permanente em termos de acesso à terra.

São vários, os constrangimentos, que barram o pleno usufruto do recurso terra pela mulher, em condições favoráveis. Para além de o considerar o homem como o chefe do agregado familiar, em detrimento da mulher em iguais condições, há que mencionar, também, as dificuldades de acesso ao crédito<sup>8</sup> pela mulher, a lei costumeira<sup>9</sup> que realça a posição do homem em matéria relativa à terra, em detrimento da mulher, colocando o primeiro na posição de controlador desse recurso. As dificuldades no acesso aos serviços de extensão rural pela mulher são, por outro lado, vistas como um dos constrangimentos com que a mulher rural, e particularmente a chefe do agregado familiar, se depara. Rosemary E. Galli e Ursula Funk,<sup>10</sup> por exemplo, num estudo levado a cabo na Guiné Bissau, referem que em muitos projectos de desenvolvimento, que tinham como objectivo o treinamento para a segurança alimentar, pouca atenção era dada às mulheres, mesmo sabendo-se que o grosso de produtores alimentares nas farmas locais era constituído por mulheres. A situação foi, ainda, notória nos projectos que contemplavam a mulher, tal como é o caso de

---

<sup>8</sup> Ruth Meena, Gender in Southern Africa: Conceptual And Theoretical Issues ( Harare, 1992):14

<sup>9</sup> Em alguns países africanos a lei costumeira relativa à herança impede que a propriedade da terra passe em nome da viúva. Essa situação foi particularmente reportada para o caso da Swazilândia. O estudo levado a cabo pela WLSA refere, que o facto de o título da terra se encontrar nas mãos de indivíduos masculinos coloca a mulher numa situação de desvantagem em questão de herança do recurso terra. Após a morte do esposo, não é fácil para a viúva, passar o título de propriedade em seu nome. Essa situação torna-se mais dramática com Lei Costumeira designada " Inkhosana", aplicável nos casos da morte do esposo, considerado o chefe do agregado familiar. Segundo o estudo, sob essa Lei, a terra é controlada, após a morte do marido- o considerado chefe da família. Para mais, veja : Women and Law in Southern Africa Trust ( WILSA), Inheritance in Swaziland: Law and Practice, 1994, p. 51 e 53

<sup>10</sup> Rosemary E. Galli & Ursula Funk, " Structural Adjustment and Gender in Guinea- Bissau"/ In: WOMEN PAY THE PRICE: Structural Adjustment in africa and the Caribbean// Gloria Thomas Emeagwali, ed., Trenton: Africa World Press, 1995, p.14 e 23

treinamento de agentes femininos de extensão rural, que continuaram a não considerar a mulher como o principal actor, a nível económico.

A revisão de literatura sugere que, em muitas regiões de África, o trabalho da terra é da inteira responsabilidade da mulher.<sup>11</sup> A conquista colonial parece ter dado oportunidades ao homem- no que concerne as chamadas culturas de rendimento<sup>12</sup>, em detrimento da mulher, que continuou confinada ao contexto doméstico, lidando com as questões do lar e da produção virada para a subsistência familiar.

O crescimento demográfico mundial, que, segundo o Banco Mundial, será, no ano 2000, de cerca de 6,17 biliões<sup>13</sup> de pessoas, coloca à Humanidade novos desafios no controle desse crescimento populacional, adequado, não só ao espaço, mas, sobretudo, aos alimentos. Muitas das políticas que podem ser adoptadas pouco ou nada surtirão efeito se não for melhorada a condição feminina. Daí a sugestão segundo a qual, o acesso à terra pela mulher não só constitui uma prioridade, como também um imperativo de momento, se se considerar que quem a trabalha, em grande número, são as mulheres. Os estudos sobre a mulher rural apontam que ela é um elemento importante na produção alimentar: daí toda a preocupação que deve existir por parte das estruturas competente, em particular, e a sociedade, em geral, em dar às mulheres oportunidades de gozarem de direitos iguais no acesso aos recursos, incluindo a terra.

---

<sup>11</sup> Mecna ( 1992); Saito e Sparling ( 1992); The World Bank, Women in Development ( 1990)

<sup>12</sup> Mafeje, op.cit.:264

<sup>13</sup> Eduard Bos; My T. Vu; Ann Levin; Rodolfo A. Bulatão, World Population Projections 1992-1993 Edition: Estimates and Projections with Related Statistics ( Washington D. C., 1992):2



## 1.2 Métodos e fontes

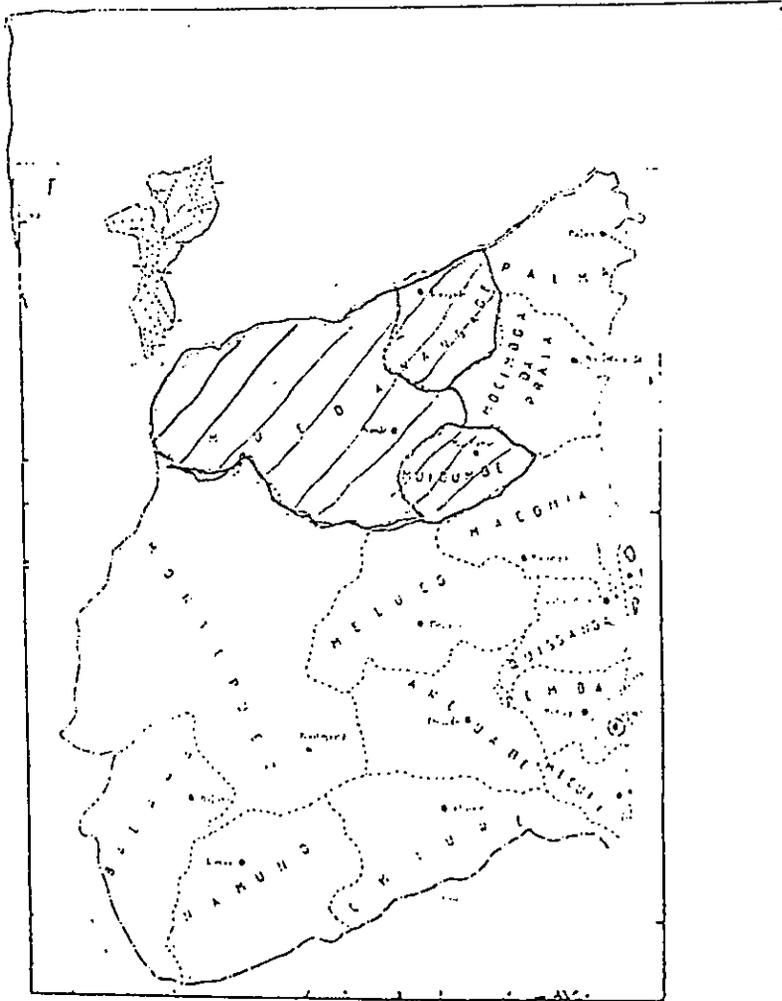
A realização do presente estudo foi possível graças à combinação de documentação escrita, por um lado, e o trabalho de campo, por outro. Nas leituras teóricas várias foram as bibliotecas percorridas, dentre as quais: Arquivo Histórico de Moçambique, Arquivo de Património Cultural, nas biblioteca da Faculdade de Letras, do Centro de Estudos Africanos, do Departamento de Arqueologia e Antropologia, Núcleo de Estudos da Terra, Ministério de Agricultura e Pescas (nos seus diferentes centros de documentação, incluindo a DINAGECA), e outros.

No trabalho de campo, os métodos de pesquisa utilizados foram as entrevistas ( qualitativas)<sup>14</sup> e as conversas (informais e formais), mas com destaque para as primeiras. Essas entrevistas foram, tanto individuais como colectivas. Privilegiou-se o segundo tipo, uma vez que foi possível, com os informantes, fazer debates colectivos das questões colocadas, concordando ou discordando neste ou naquele ponto, o que possibilitou ter, no final de cada debate, uma visão de conjunto sobre essas mesmas questões. Essas entrevistas e conversas foram dirigidas à pessoas de ambos os sexos. Os contactos foram extensivos, englobando desde anciãos, antigos combatentes ( homens e mulheres), as estruturas locais de aldeias comunais, as senhoras da O.M.M. Em Mueda, trabalhou-se na Direcção Distrital de Agricultura e Pescas e no Sector de Extensão Rural, anexo à essa Direcção.

As fontes escritas utilizadas são de variada natureza, desde Monografias, Revistas, alguns Relatórios sobre a região e outro tipo de material impresso.

---

<sup>14</sup> A vastidão do Planalto não permitiu que a sua área total fosse coberta pela pesquisa.



 - A área do  
Presente Estudo



A elaboração do presente estudo não só teve em conta as fontes mencionadas.

A experiência pessoal no ramo de investigação

, embora incipiente, constitui uma das fontes de informação, pois que, até certa medida, vai condicionar a minha análise ao longo do trabalho.

Para o presente estudo não só se evidenciaram dados de carácter histórico, como também antropológicos, geográficos, sociológicos, linguísticos, económicos e outros considerados necessários.

### *1.3 O Planalto de Mueda: o território e a população*

No que concerne às origens históricas, torna-se difícil determinar com exactidão quando é que o Planalto teria sido ocupado pela primeira vez e quem foi o fundador desse Grupo Étnico do Norte de Moçambique. Os vários estudos até aqui disponíveis, sobre os macondes de Moçambique, não conseguiram, ainda, desvendar o mito das suas origens. O que existe são meras suposições/hipóteses, que dão uma ideia vaga sobre o ponto de partida dos antepassados dos actuais macondes, até à sua fixação na confluência dos rios Rovuma e Lugenda. Contudo, a região situada a sul do Lago Niassa é apontada como sendo o provável centro de origem dos macondes de Moçambique.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Sobre a origem dos macondes de Moçambique a partir da região situada a Sul do lago Niassa, veja: Yussuf Adam, " Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento", In: ARQUIVO 14 ( Maputo, 1993): 9 ; Ricardo Teixeira Duarte, Escultura Maconde ( Maputo, 1987):7; António Verdaasdonk, Moçambique: Ontem e Hoje ( Breda, 1976):26; Jorge Dias, Os Macondes de Moçambique: Aspectos Históricos e Económicos( Lisboa, 1964): 58-59

O Planalto de Mueda encontra-se à cerca de 3000 pés, acima do nível do mar, e situa-se junto do rio Rovuma, que limita Tanzânia de Moçambique.<sup>16</sup>

Quanto aos seus limites, o Planalto de Mueda confina com o rio Rovuma, na parte norte; O rio Lugenda e uma parte do rio Rovuma, na sua faixa ocidental; Os Distritos de Palma e Mocímboa da Praia, a oriente; Na parte sul limita com os Distritos de Montepuez (através do rio do mesmo nome), Meluco e Ancuabe.<sup>17</sup>

Na actual divisão administrativa, compõe-se de 3 Distritos, Mueda, Muidumbe e Nangade, e 10 Postos Administrativos.<sup>18</sup>

Usando o critério geográfico, os macondes de Moçambique podem ser situados numa área específica do norte de Moçambique. Assim, de acordo com Poirier, os macondes concentram-se no chamado Planalto dos Macondes, entre o sul do rio Rovuma e o rio Msalo [ Messalo].<sup>19</sup>

Considera-se o Planalto de Mueda o centro de cultura <sup>20</sup> e de vivência dos macondes de Moçambique. A partir desse centro, eles foram se expandindo, quer para as regiões adjacentes ao Planalto, quer para o interior de Moçambique, ou mesmo para países vizinhos.<sup>21</sup>

---

<sup>16</sup> Garry Littlejohn, Rural Development in Mueda District, Mozambique, 1988:1

<sup>17</sup> Os dados referentes aos limites foram tirados do Mapa sobre Cabo Delgado em : Fernando Pilião, Moçambique: Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial, 1974-1987 ( 1991?):29

<sup>18</sup> Estes dados são da inteira responsabilidade da DINAGECA. Departamento de Toponímia e Divisão Territorial. Informação recolhida pela autora e fornecida por Xavier Chambo ( Técnico Cartógrafo), Maputo, 13 de Junho de 1997. Os dois últimos passaram à categoria de Distritos pela Resolução nº 6/86, de 25 de Julho de 1986, da Ex- Assembleia Popular.

<sup>19</sup> Jean Poirier, Ethologie Regionale ( enciclopedia De la Pleiade), vol.1.- Paris, 1929, p. 929. Veja, ainda, desse autor localização, no mapa, do Grupo Étnico Maconde, entre as páginas 924-925.

<sup>20</sup> Jorge Dias; Margot Dias, Os Macondes de Moçambique: Vida Social e Ritual, vol. III ( Lisboa, 1970):11

<sup>21</sup> No Planalto, os macondes coabitam com outros grupos étnicos. Sobre isso veja: Jorge Dias, Os Macondes de Moçambique I: Aspectos Históricos e Económicos (Lisboa, 1964): 16; Também: Conselho Coordenador de Recenseamento ( República Popular de moçambique), Os Distritos em Números: Cabo Delgado, vol. 2, p. 45

De acordo com o Censo de 1980, a população do Planalto era estimada em 90000 habitantes, distribuindo-se numa área total de 1700km<sup>2</sup>.<sup>22</sup>

Com a formação da Companhia do Niassa, surgida no final do século XIX no norte de Moçambique, o território maconde era aí integrado. O propósito dessa grande companhia majestática era a exploração económica de uma vasta área que ia desde o Lago Niassa até ao Oceano Índico.<sup>23</sup> Os macondes são tidos como se tivessem mantido à margem da influência da companhia. Aliás, o exame dos dados apresentados por Vilhena<sup>24</sup>, compreendendo o intervalo situado entre 1898 a 1902, sugerem que a autoridade da companhia era diminuta no território maconde, e particularmente no que toca à cobrança do imposto de palhota.

Antes da penetração colonial, os macondes produziavam os cereais, oleoginosas, leguminosas, caçavam e colhiam frutos silvestres. A borracha,<sup>25</sup> *issela*,<sup>26</sup> mel, eram levados à costa, por elementos do sexo masculino, para efeitos de troca.<sup>27</sup>

As regiões em condições agrícolas, no Planalto, podem ser duplamente classificadas. Em primeiro lugar, existe a zona planáltica, de clima de altitude, onde se cultivam produtos em agricultura de sequeiro, tais como milho (recordista em termos de produção), mapira, uma gama variada de feijões, oleoginosas e leguminosas. Em

---

<sup>22</sup> Bertil Egero1, Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia (Maputo, 1992):194  
Não está, ainda, claramente definida, a área total do Planalto. Ricardo Teixeira Duarte ( 1987: 7) e Jorge Dias ( 1964:25) apresentam uma área total de 1600km<sup>2</sup>; Yussuf Adam2 ( 1982:81) apresenta a área total de 1800km<sup>2</sup>.

<sup>23</sup> Amélia Neves Souto, Guia Bibliográfico Para o Estudante de História de Moçambique ( 200/ 300- 1930), ( 1ª Edição Moçambicana).- Maputo: UEM/CEA, 1996, p.162

<sup>24</sup> Ernesto Jardim de Vilhena, COMPANHIA DO NIASSA: Relatórios e Memórias Sobre os Territórios ( Lisboa, 1905):119-120

<sup>25</sup> Que na terminologia maconde se designa por *intili*.

<sup>26</sup> Sobre o conceito *issela* veja o capítulo sobre a sociedade maconde no período pré- colonial.

<sup>27</sup> Sobre as idas à costa consulte o capítulo sobre a sociedade maconde no período pré- colonial.

segundo lugar há as zonas baixas do Planalto, de baixa altitude, onde se cultivam produtos da zona alta e mais outros que aí encontram terreno fértil para o seu desenvolvimento. Tal é o caso de cana-de-açúcar, bananeira, ananaseiros, tabaco, arroz, hortícolas, que na zona alta não se desenvolvem favoravelmente.<sup>28</sup>

As condições do Planalto são, também, favoráveis ao desenvolvimento do gado suíno<sup>29</sup> e aves de capoeira ( galinhas, patos ) para o consumo da população, venda e troca com outros produtos.<sup>30</sup>

O problema de água no Planalto, para o qual parece que não se tem uma solução à vista, obriga os seus habitantes a fixarem-se em locais onde possam encontrar, em condições menos dolorosas, esse indispensável líquido. Assim, as populações constroem, preferencialmente, as suas casas nas bordas do Planalto de modo a aproveitar convenientemente as oportunidades que as nascentes das encostas oferecem em termos de água. Essa maior concentração numa dada área traz consigo o problema de exploração intensiva dos recursos, incluindo a terra.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> É nas zonas baixas onde abundam *mateka* ( singular, *lietka*) terrenos cuja única finalidade é o cultivo, ou de cana-doce, ou de bananeiras, ou então as duas culturas em simultâneo. A outra designação para esse tipo de terreno é *madimba* ( sing., *lidimba*)

<sup>29</sup> A existência de consideráveis quantidades de cabeças de gado suíno no Planalto explica-se, provavelmente, pelo facto da maioria da sua população professar a religião Católica Romana, que não considera tabú o consumo de carne suína, não acontecendo o mesmo com os seus vizinhos macuas, predominantemente muçulmanos.

<sup>30</sup> O Planalto é pobre em termos de criação de gado bovino. Toma-se necessário frisar que por tradição, a população do Planalto não é criadora desse tipo de gado ( contrariamente ao sul de Moçambique). Por outro lado, a escassez de água que no Planalto é gritante, não conjuga com a criação desse tipo de gado que necessita de quantidades enormes de água/dia. Talvez nas zonas baixas, onde a vegetação é verde durante quase todo o ano e há vários rios e riachos.

<sup>31</sup> O " alívio" da zona alta, de maior concentração populacional, para as zonas baixas, era uma das questões que estava no rol de preocupações do Projecto FO9, que foi estabelecido no Planalto de Mueda nos anos 80. Para mais detalhes consulte: Augusto Casimiro, " BAIXA DE MUEDA: Saída Para Excesso Populacional do Planalto."/In: *TEMPO*, nº 672, 28 de Agosto de 1983, pp.18-20. Essa situação repercute-se no Planalto de Mueda. Na aldeia Muatide, a situação é dramática no que diz respeito à combustível lenhoso. Torna-se difícil encontrar lenha nas proximidades da aldeia. Nessa aldeia já há compra de lenha.

Destaca-se como clima predominante, o tropical húmido, cuja precipitação pluviométrica oscila entre 1000 a 1400 mm/ ano. As temperaturas médias anuais variam entre 20-22°C.<sup>32</sup>

Os solos do Planalto não constituem um complexo homogéneo. Apresentam, assim, várias características. Verificam-se, aí, solos arenosos avermelhados, com fertilidade muito baixa e baixa retenção de água, solos franco-argiloso-arenosos avermelhados, com camada superficial mais leve e fertilidade baixa a intermédia. Na parte ocidental, os solos são argilosos vermelhos, com fertilidade intermédia a boa.<sup>33</sup>

É nesses tipos de solos que crescem variadas espécies florestais. Embora não exista uma inventariação actualizada sobre esses recursos, crê-se que o Planalto é rico em florestas. O Pau-Preto, madeira especializada, utilizada pelos macondes na feitura de obras de escultura, de muito valor comercial (quer dentro, quer fora do país), é, abundante.

#### *1.4 Apresentação do plano temático*

A Tese é composta de cinco capítulos. No capítulo I, apresentam-se o objectivo, a periodização, o argumento defendido, as perspectivas teóricas que sustentam o estudo- seguidas de teoria que se sugere para o estudo vertente, os métodos e as fontes, a área de estudo e a respectiva população, bem como o presente plano

---

<sup>32</sup> Ministério de Educação, *Atlas Geográfico*, vol. I (Stockholm, 1986): 8-18.  
A maior quantidade das chuvas ocorre entre os meses de Dezembro e Março ( ou Abril)- estação chuvosa. Os restantes meses- estação seca-, a pluviosidade é muito escassa.

<sup>33</sup> Ministério de Educação, *Atlas Geográfico*, vol. I, 1986, p.

temático, que expõe os principais ítems tratados. No capítulo II, analisam-se os mecanismos de acesso e controle da terra, no contexto de relações de género, na sociedade maconde do período pré-colonial.<sup>34</sup> No capítulo III, aborda-se, com maior destaque, o impacto da penetração colonial na sociedade maconde. Pretende-se saber até que ponto é que a incorporação da área maconde no sistema colonial- e a consequente fuga maciça da população às políticas coercivas- terá contribuído para a destruturação de anteriores valores costumeiros que regulavam o acesso e controle da terra, no período antecedente: pré-colonial (no contexto de relações de género). Em termos cronológicos, o estudo situa-se entre 1930 ao período antes do início da luta armada de libertação nacional. No capítulo IV, abordam-se os mecanismos de acesso e controle da terra durante o período da luta armada. Pretende-se saber como é que o início da luta armada, que levou a fuga dos membros das povoações/ linhagens, contribuiu para o enfraquecimento, quer da instituição linhageira, quer das anteriores funções dos tios maternos, guardiões das linhagens, em questões relativas à terra. Cronologicamente, o estudo enquadra-se no período situado entre 1964 - 1974. No capítulo V, analisa-se a sociedade maconde do período pós- independência, em matéria relativa à terra, igualmente no contexto de relações de género. Faz-se, com destaque, menção às políticas surgidas no período pós-independência em Moçambique, e, qual foi o impacto dessas políticas nessa sociedade matrilinear do Norte de Moçambique. Para a fase actual, pretende, especificamente, saber qual é a situação em termos de acesso e controle da terra, no contexto de relações de género. Em termos de marcos cronológicos, o período situa-se entre 1975 à actualidade. Na conclusão, faz-se a

---

<sup>34</sup> Veja o capítulo III sobre a conquista colonial do Planalto de Mueda.

análise e comentários do argumento defendido na Tese, à luz dos factos apresentados.

Em seguida, apresentam-se a bibliografia e os anexos.

## CAPÍTULO II

### 2. OS MECANISMOS DE ACESSO E CONTROLE DA TERRA NA SOCIEDADE MACONDE NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

#### *Introdução*

Na sociedade maconde do período pré-colonial, toda e qualquer questão relativa à terra era da inteira responsabilidade da linhagem.<sup>35</sup> Eram os membros da linhagem que detinham o monopólio exclusivo de propriedade e direitos de uso desse recurso, na área sob a sua jurisdição.

Pretende-se, com o presente capítulo, apresentar algumas reflexões relacionadas com os mecanismos de acesso e controle da terra na sociedade maconde, no período antes da conquista colonial do Planalto de Mueda, no contexto de relações de género.

A abordagem do presente capítulo vai fornecer dados que ajudarão a compreender quais foram as mudanças ocorridas na sociedade maconde, nos períodos posteriores, no que concerne ao acesso à terra pela mulher.

#### *2.1 A Sociedade maconde no período pré-colonial*

Antes da conquista colonial do Planalto de Mueda, a população local vivia em povoações.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Na terminologia maconde *likola*, sing.; *makola*, plural.

<sup>36</sup> Os macondes designam essas antigas povoações de *makadja amulidembe*, que traduzido literalmente significa povoações situadas próximo das terras de cultivo. Aí, os mortos eram enterrados no centro da povoação. A distância entre o local de residência e as terras de cultivo era insignificante. actualmente, *lidembe* designa o local da antiga povoação, "ruína".

As casas, dispostas de forma circular, continham no centro *Shitala*.<sup>37</sup>

Cada povoação era protegida por fortificações, *machalelo*,<sup>38</sup> para a defesa dos membros aí residentes, de possíveis incursões estranhas, quer diurnas, quer nocturnas. Em cada povoação existia um chefe,<sup>39</sup> o guardião da linhagem. Em relação aos membros aí residentes, ele era o irmão, tio materno, pai, esposo, filho e sobrinho (caso residisse com a mãe e tios uterinos). Mas, ele era, também, considerado *mweneshilambo* em relação aos membros doutras linhagens, vindos de fora, aí presentes, que, não fazendo parte da sua linhagem, pediam para fixar residência na sua povoação. Ele era o primeiro a estabelecer-se, com os seus membros, numa dada área. Os que viessem depois dele consideravam-no de " dono daquela área "*mweneshilambo*.<sup>40</sup>

"Na região de Muatide, o *mweneshilambo* conhecido era *Nkapoka*. Ele limitava com outros *venevilambo*."<sup>41</sup>

Os "*verdadeiros*" componentes da povoação eram conhecidos conforme a designação da sua linhagem.<sup>42</sup>

---

É nessas " ruínas" onde se encontram os terrenos de cultivo dos membros componentes de cada linhagem. Na terminologia maconde, a povoação designa-se por *likadja*, sing.; *makadja*, plural. Entre os Cheuas, a povoação tem a designação de *mudzi*. Para mais detalhes, consulte A. Rita-Ferreira, " Os Cheuas da Macanga". In: MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, 8, Série C, 1966, p. 112

<sup>37</sup> Local onde os homens concentravam-se, passando as suas refeições em comum e discutindo assuntos de variada natureza.

<sup>38</sup> Sobre o conceito *machalelo*, veja: Albano Naroromele, Depoimentos de Velhos do Planalto de Mueda, Maputo, 1992, p.11; também: Estevão Jaime Mpalume, Vyaka Vyoe Vya Mauvilu Mu Mosambique, Cabo Delgado, 1990, p.29

<sup>39</sup> *Mwenekadja*, sing.; *Venemakadja*, plur.

<sup>40</sup> Isso quer dizer que o *mweneshilambo* era ,simultaneamente, *mwenekadja*. E, em contrapartida, nem todo o chefe da povoação(*mwenekadja*) era *mweneshilambo*, visto que, em alguns casos, encontrava-se na área sob a jurisdição de *mweneshilambo*. O chefe da povoação era, nesses casos, *mwenekadja* em relação, apenas, aos membros sob a sua responsabilidade ( membros da sua povoação/linhagem).

Entre os Macuas, a área que pertencia a um determinado " dono" de terras tinha a designação de *mitthehe*, sing.; *Mutthehe*, plural. Veja: Christian Geffrayl, A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique( Porto, 1991):32

<sup>41</sup> André Paulo Majuli, et. al. Entrevista: Aldeia Muatide, 18/7/1997

A figura de chefe da povoação não era escolhida de forma aleatória. O primeiro critério que contava na escolha era a pertença à mesma linhagem, via uterina, a partir de uma ancestral comum. O outro critério condicionava a sua "eleição" às suas qualidades "inatas". Assim, ele tinha que ser:

*Uma pessoa inteligente, ponderada, bondosa e com acções controladas. O que era ser inteligente ? Era ser sereno e paciente. Era sempre disponível na resolução de problemas e, nas discussões, ele tinha sempre uma habilidade de fazer perguntas e responder com sabedoria. Então os velhos e a comunidade começavam a estudar esta pessoa e a apostar nela, à medida que crescia e se envolvia cada vez mais na vida da likadja. Ele não sabia, não devia saber que estava a ser preparado e controlado pelos velhos.<sup>43</sup>*

As tarefas do chefe da povoação eram: A resolução de conflitos de carácter interno; a resolução de contendas envolvendo os membros da sua povoação e membros doutras povoações; controlar a produção; distribuição das terras; direcção das cerimónias religiosas (falar com os espíritos dos antepassados). Para além de tarefa de pai, ele tinha que velar pela educação dos seus filhos sociais (sobrinhos uterinos).

Crê-se que a actividade agrícola constituía, para os macondes, nessa época, uma das maiores fontes de subsistência alimentar. A caça, actividade exclusiva de

---

<sup>42</sup> Por exemplo, os da linhagem *VaNichanyela* eram conhecidos por *VaNichanyela* e a região em que se situavam *KuNichanyela*; Os da linhagem *VaMwanga* eram *VaMwanga* e a região *KuMwanga*.

<sup>43</sup> Salésio Namonga, citado em : Albano Naroromele, Depoimentos de Velhos do Planalto de Mueda ( Maputo, 1992 ):2  
A passagem aqui transcrita está tal e qual aparece no artigo do autor ( Naroromele).

indivíduos de sexo masculino, fornecia aos macondes, os alimentos de origem animal, que eram um complemento aos de origem vegetal que produziam.

Para o caso da mulher, para além de tarefas<sup>44</sup> de índole doméstica- a procura de lenha, a busca de água, a cozinha, a lavagem de roupa, a pilagem de cereais, a actividade agrícola deve ter, provavelmente, constituído a sua principal actividade. As idas à costa, pelos macondes de sexo masculino, chefiadas pelos respectivos chefes das povoações, revela algumas questões pertinentes:

Que, os macondes praticavam a troca com o exterior, para a obtenção de produtos necessários à satisfação das suas múltiplas necessidades..

Que, enquanto os homens se deslocavam à costa, as mulheres lidavam com as questões domésticas.

Que, no esquema de troca com a costa, as mulheres mantinham uma posição inferior, uma vez que não participavam directamente em questões de negócios.

Os testemunhos orais transmitem a ideia de, a sociedade maconde dessa época ter sido flagelada por conflitos de índole social: Os adultérios e os raptos de mulheres. Quanto aos adultérios parece terem sido a causa de surgimento de novas povoações.<sup>45</sup> Outras vezes, talvez tomassem, até, contornos negativos. Tal acontecia, por exemplo, no caso em que um membro da povoação se envolvia com a mulher do chefe da povoação.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Sobre as tarefas dos Yao nos tempos antigos, consulte: Yohanna Abdallah, Os Yao.- ( 1ª Edição em Português).- Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique ( UEM), 1983, p. 10

<sup>45</sup> Veja, por exemplo, em Albano Naroromele, Depoimentos de Velhos do Planalto de Mueda ( Maputo, 1992):2 Um artigo interessante que mostra como é que surgiam algumas povoações na sociedade maconde da época.

<sup>46</sup> Salésio Namonga, citado em Albano Naroromele, Depoimentos dos Velhos do Planalto de Mueda ( Maputo, 1992):3

O rapto de mulheres, *shinantwala*, era protagonizado por homem/ grupo de homens de uma dada povoação/ linhagem, que entravam numa determinada povoação, por vezes na calada da noite. Aí gerava-se, na maioria dos casos, uma verdadeira guerra inter-povoações "*com uns capitulando, e outros jazendo, inertes, no chão.*"<sup>47</sup>

Essa prática, de rapto de mulheres, ultrapassava, por vezes, o contexto maconde atingindo os vizinhos macuas. As incursões, que tinham como móbil o rapto de mulheres, terão, provavelmente, levado à heterogeneidade étnica de ambos os grupos, visto que nem sempre as mulheres feitas cativas eram libertas ou devolvidas ao seu grupo de origem. Isso supõe que essa prática teria levado ao território maconde mulheres macuas, e vice-versa.

Ao nível do contexto maconde, o rapto de mulheres talvez constituísse uma e a melhor via de aquisição de mais mulheres para o grupo linhageiro. Por outro lado, o rapto de mulheres pode ser entendido como uma clara manifestação de exaltação de força de uma determinada povoação/ grupo linhageiro sobre outra ( o ) povoação/ grupo linhageiro. O grupo que conseguisse, com frequência, mais mulheres de fora afirmava-se, assim, sobre outros grupos linhageiros. E, pode, até, ser que por essa via fosse possível visualizar as linhagens dominantes, temidas, e as não dominantes. Depreende-se, a partir daí, que independentemente do grupo linhageiro em que ela era enquadrada , a mulher era "*desenraizada*" do seu meio para um outro, estranho. Na condição de cativa, ela tinha que estar sob as regras prevalecentes no "*seu*" novo grupo linhageiro. E talvez, nesse novo ambiente ela não ocupasse nenhuma posição

---

<sup>47</sup> André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista: Aldeia Muatide, 18/7/1997; Dapessa Saide Nandulu, et al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997.

especial, cabendo-lhe apenas o lugar de reprodutora biológica e cultivadora dos campos.

A situação de constante perigo por que a mulher passava teria, provavelmente, levado os homens a "traçar" estratégias tendentes a protegê-la. As idas às fontes de água seriam, deste modo, devidamente controladas e acompanhadas por indivíduos macondes de sexo masculino. Isso colocaria a mulher na condição de dependente do homem, no que diz respeito à circulação.

As idas à costa,<sup>48</sup> em grupos, eram da responsabilidade dos homens. Para além da actividade agrícola, que era praticada tanto por homens como por mulheres, complementada com a caça e a colecta de frutos silvestres:

*Os nossos antepassados extraíam a borracha que, sob a orientação de mwenekadja, vendiam aos indianos em Mocimboa da Praia, recebendo em troca capulanas. A roupa era distribuída a todas as pessoas da likadja<sup>49</sup>*

Essas viagens à costa talvez não tivessem, como única finalidade, a aquisição de tecidos. A procura de sal, missangas, peixe e outros bens à sociedade maconde, bem como a existência de goma copal, borracha, *issela*<sup>50</sup> e produtos agrícolas permutáveis, seriam outros motivos da deslocação dos macondes da época à costa.

A exigência de satisfação de necessidades sociais, tais como matrimónios, indemnizações e o prestígio de alguns chefes locais, teria, provavelmente, levado à idas frequentes à costa. Embora na primeira fase o pagamento do dote consistisse na

---

<sup>48</sup> Na terminologia maconde, a costa (ou zona costeira), designa-se por *Kumanga*.

<sup>49</sup> Andrik Lidimo Nchagua, citado em: Albano Naroromele, *Depoimentos de Velhos do Planalto de Mueda* (Maputo, 1992): 13. Mais do que a venda, era a troca de produtos, pois que o que predominava na época era a troca produtos/ produtos.

<sup>50</sup> Substância extraída de favos de abelhas na fase antes de formação de mel.

entrega de patos,<sup>51</sup> aos tios uterinos ou aos pais da noiva, na fase seguinte tal pagamento passou a ser efectuado em armas,<sup>52</sup> o que, possivelmente, teria, ainda, aberto o caminho para idas sucessivas à costa, pelos macondes. Esse facto mostra claramente que houve "fases" no pagamento do dote. Na primeira fase, o dote era pago entregando aos afins da noiva patos. Na segunda fase, o pagamento consistiu na entrega de espingardas.<sup>53</sup> Mas crê-se que o tipo anterior de pagamento não teria desaparecido completamente. Teria, assim, havido uma aparente coabitação.

## 2.2 A Organização social: a linhagem

A sociedade maconde é, por regra, linhageira. Isso pressupõe, por conseguinte, que a criança, logo que nascesse, era desligada do grupo linhageiro do pai, pois que era através do lado da mãe que ela recebia a sua inserção na sociedade. A linhagem do pai não tinha peso na identificação do indivíduo maconde. As súplicas, as invocações, os pedidos de chuva e de boa convivência entre os membros componentes da povoação, e simultaneamente da linhagem, eram dirigidos aos antepassados maternos. Só esses é que tinham "*criado*" condições para a coabitação comum dos membros da linhagem, componentes da povoação. Consideravam-se, assim, como verdadeiramente originários de uma mesma ancestral uterina comum.

---

<sup>51</sup> António Elias: Entrevista, Aldeia Namande, 17/7/1997.

<sup>52</sup> António Elias: Entrevista, aldeia Namande, 17/7/1997; Daniel Mbeteta: Entrevista, aldeia Muatide, 20/7/1997; Augusto Liguni Maria; Monforte Rafael Ntimbanga: Entrevista, Aldeia 24 de Março, 8/8/1997. Essas armas eram agrupadas em categorias. As mais conhecidas eram: *Nyalapia, Kuntchepe, Likolo, Kauteolya, Malissau*. António Elias: Entrevista, Aldeia Namande, 17/7/1997.  
Januário Ambrósio Ngandau: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>53</sup> Actualmente, o dote é pago em dinheiro.

O grande papel que o homem de fora, esposo, "estranho" à linhagem, desempenhava na povoação de sua esposa cingia-se no lugar de reprodutor biológico, pois que fora disso, ele não dava nome social ao seu filho. O alto *status* social da mulher, nessa época, talvez residisse no facto de ser ela identificar socialmente o seu filho, e não o homem. Contudo, apesar de ter sido ela o elemento preponderante, em termos de identificação social dos seus filhos, levava desvantagem na matéria de governação social, visto que dentro da linhagem o poder estava nas mãos dos homens- irmãos e tios maternos.

A pertença à mesma linhagem, via uterina, a partir de uma ancestral<sup>54</sup> comum era, na sociedade maconde, o factor de unidade e de coesão. Era essa a condição principal para fazer parte da povoação do chefe. A excepção era dada aos homens de fora, esposos, estranhos à linhagem, que casavam na povoação, pois que a regra de exogamia<sup>55</sup> impunha restrições matrimoniais entre indivíduos consanguíneos.<sup>56</sup>

As restrições impostas pela regra de exogamia levavam a uma abertura ao exterior, permitindo a entrada de homens, estranho à linhagem, para casar as mulheres da povoação.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Entre os macuas, a " decana" da linhagem tinha a designação de *Apvyamvene* ( rainha). Entre os macondes, parece não ter havido uma designação apropriada para essa figura. Sobre a figura de *Apvyamvene*, consulte: Christian Geffray, Travail et Symbole Dans le Societe Des Makhuya. Paris, Jan. 1987, p. 7

<sup>55</sup> A explicação sobre o conceito Exogamia pode ser vista em: Bernardo Bernardi, Introdução aos Estudos Etno- Antropológicos ( Lisboa, 1974):267; e também: COMANDO NAVAL DE MOÇAMBIQUE. Estado Maior.- Moçambique, Agrupamentos Étnicos. Aspectos do Estudo do Meio Humano. - Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1969, p. 77

<sup>56</sup> Os informantes não referiram, por exemplo, que houvesse nessa época o casamento entre o chefe da povoação e suas irmãs, ou tias uterinas. Os relatos evidenciam apenas os casamentos preferenciais ( entre a filha e o sobrinho do chefe da povoação). André Bakili: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997; André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 18/7/1997.

<sup>57</sup> Nesse tipo de sociedade ( matrilinear) o tipo de casamento que une dois membros consanguíneos é o que ocorre entre a filha e o sobrinho do tio materno.

### 2.2.1 As Regras de residência

Os informantes evidenciaram a existência de três tipos diferentes de regras de residência,<sup>58</sup> na sociedade maconde, no período antes da conquista colonial do Planalto de Mueda: Avunculocal, Uxorilocal e Preferencial.

A regra de residência avunculocal verificava-se nos casos em que o casamento era com compensação (pagamento de dote). Depois de cumpridas as formalidades matrimoniais e cumprido o período de permanência na povoação de sua esposa, o homem era autorizado a retirar-se, com a sua esposa, para a povoação de seu tio materno, onde o casal permanecia definitivamente.<sup>59</sup>

O período de permanência na povoação da esposa era considerado de "teste" à capacidade produtiva do genro. Esse período variava entre 1-3 anos.<sup>60</sup> Nesse intervalo de tempo, que medeiava entre a celebração de casamento até à saída definitiva do casal em direcção à povoação do tio materno do esposo, o homem produzia nos campos da sogra (que ela cultivava juntamente com o esposo), na companhia de sua esposa.

Terminado o período de "teste", o casal mudava-se para a povoação do tio materno do esposo, onde estabelecia uma residência definitiva, voltando à sograria,

---

<sup>58</sup> Sobre as regras de residência veja: Emily A. Schultz & Robert H. Lavenda, Cultural Anthropological: A Perspective on The Human Conditions.-New York: West Publishing Company, 1990, p. 298; Também: Robert F. Murphy, Cultural & Social Anthropology. An Overture.- New Jersey: Prentice Hall, 1989, p. 122.

<sup>59</sup> A residência passava, assim, de uxoriocal para avunculocal.

<sup>60</sup> Maria Leonor Correia Matos, " Notas Sobre o Direito de Propriedade da Terra dos Povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique"/ MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, vol. 7, Série C.- Lourenço Marques: Inst. Invest. Cient. Moç., 1965, p.89  
A autora refere a permanência do genro na sograria, mas não diz por quanto tempo.

de vez em quando, em visita familiar. Deste modo, a residência passava de uxori-local para avunculocal.

*O homem, esposo, casava e ficava algum tempo na povoação da mulher. Atribuíam-lhe uma vasta extensão de terra. Cultivava, semeava e colhia. Uma parte dessa produção era consumida em conjunto com os sogros.*<sup>61</sup>

ou, ainda:

*No passado, os velhos faziam 'experiência' ao homem que casava na povoação. Ficava na povoação durante 3 anos para provar se ele seria capaz, ou não, de cuidar bem da 'filha' da linhagem, onde quer que estivessem. Atribuíam ao noivo uma parcela de terra que cultivava com a esposa. Depois de certificar que o homem era produtor autorizavam-no a abandonar a povoação de sua esposa, juntamente com ela, para fixar a residência na povoação de seu tio materno. As terras que deixavam ficavam a cargo dos sogros.*<sup>62</sup>

A saída da mulher, da sua povoação para a povoação uterina do marido significava um corte temporário no que diz respeito ao uso das terras pertencentes à sua linhagem.<sup>63</sup>

A mulher, estando na povoação do esposo, tal como ele na sua, era um elemento "estranho" à linhagem. Aí, ela não tinha direito sobre os bens da linhagem.

---

<sup>61</sup> Munuwao Makaba: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>62</sup> Januário Ambrósio Ngandau: Entrevista, aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>63</sup> Pois que em caso de separação, ou morte do marido, ela podia voltar à sua povoação, cultivando nas terras que deixara. Provavelmente, tal situação era aplicável nos casos em que ela não quisesse continuar na povoação uterina do ex-esposo.

do esposo, no caso vertente os campos de cultivo. O acesso à terra era condicionado via casamento.

A morte do marido podia significar o fim ou a permanência da mulher na povoação uterina do esposo. Em caso de permanência, a hipótese provável era a oferta do cunhado para substituir o defunto.

*"Antigamente, a viúva casava com o irmão do falecido marido. Os filhos que o falecido deixava beneficiavam a mulher, pois que ela passava a ter acesso à terra via filhos".*<sup>64</sup>

A passagem revela que a prática do levirato não era desconhecida entre os macondes. Essa prática constituía, assim, um meio através do qual se regularizava a situação de viuvez. Que os filhos eram o garante de continuidade da mãe nas terras do falecido marido. Em caso de divórcio, a mulher perdia o direito de acesso à terra via casamento. Ia à povoação uterina onde tinha acesso à terra via linhagem.<sup>65</sup>

A residência uxori-local era aplicável em duas situações:

1) Na primeira, a residência era considerada uxori-local quando o homem, depois de cumpridas as cerimónias de casamento, permanecia por um determinado período de tempo, probatório, na povoação de sua esposa. Esse período de tempo era, assim, considerado de residência uxori-local.

---

<sup>64</sup> Mário Mulula Katuma, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>65</sup> Ágata Ngaboli: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

As informações recolhidas tendem a revelar que, para o caso de mulheres separadas dependia da sua vontade continuar, ou não, na povoação do ex-marido. Os filhos, eram, tal como no caso de viúva, o garante da sua continuidade na povoação do tio materno do ex-marido. Contudo, a preferência pela povoação do tio materno constituiria, provavelmente, a solução, se se considerar que nessa época o lado forte era o social- do tio materno.

2) A segunda situação era característica nos casos em que o homem, esposo, casava e permanecia definitivamente na povoação materna de sua esposa. Os desentendimentos entre o sobrinho e o seu tio materno, ou entre ele e os pais (ou outros familiares afins), o bom "nome" da povoação da esposa, boas terras de cultivo, talvez constituíssem os "atractivos" fortes que prendessem o homem à povoação de sua esposa. A Regra de Residência Preferencial tinha como contexto de sua realização a povoação dos dois cônjuges. Os informantes referiram que esse tipo de regra de residência colocava, de um lado, a filha do tio materno, e do outro, o sobrinho desse.<sup>66</sup>

### 2.2.2 A " Divisão" de filhos

A análise da estrutura linhageira maconde, no período pré-colonial, leva o pesquisador a concluir que predominavam, nessa época, duas famílias distintas: Uma, família de nascimento - *kukivalekwa*, e a outra, família social- *kulikola* ( na linhagem). A criança crescia, muitas vezes, envolta no ambiente linhageiro e não de nascimento. "Dividir" os filhos <sup>67</sup> significava, na época pré-colonial, na sociedade maconde, uma parte dos filhos residir na povoação do tio materno, na família social, e a outra parte permanecer na família de nascimento (com os pais). Era uma espécie de regra de jogo aceite por quase todos os membros da sociedade. Entre uma e a outra famílias, parece que a preferência era particularmente dada à família social, a uterina. É que:

---

<sup>66</sup> Ernestina Tomé, et. al.: Entrevista, aldeia Mpeme, 29/7/1997; André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 18/7/1997; Juliana Kalatassi, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997

<sup>67</sup> Ernestina Tomé, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997; Marcelo Paulo, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997; André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 18/7/1997; Kassiano Kamessa, et. al.: entrevista, Aldeia Muambula, 3/7/1997.

" Os sobrinhos iam ficar com o tio materno para fazer crescer a povoação materna."<sup>68</sup>

ou, ainda:

*Antigamente, o que contava era o lado materno. As pessoas casavam mas a inclinação forte era ir viver ao lado do tio materno. Essa era regra aceite, mesmo entre os velhos. Os tios maternos é que construíam a povoação e ditavam a continuidade dos ideais da linhagem.*<sup>69</sup>

Essa prática, de "dividir" os filhos, parece ter encontrado terreno fértil nos casamentos ditos por compensação, já que nos preferenciais, tanto a mãe como o pai eram, ambos, membros da mesma família social.

Os filhos saídos dos casamentos com compensação eram, em geral, os mais expostos à prática de "divisão":

*"No passado havia a 'divisão' de filhos. Se o número de filhas fosse, por exemplo, de dois, uma ia à povoação do tio materno e a outra permanência com os pais".*<sup>70</sup>

ou:

*"Havia a 'divisão' de crianças. Ao tio materno entregava-se um ou mais sobrinhos dependendo da vontade do pai dessas crianças."*<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> Marcelo Paulo, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997.

<sup>69</sup> André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 18/7/1997.

<sup>70</sup> Ernestina Tomé, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997; Mariano Juakiru: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>71</sup> Juliana Kafatassi, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997; Januário Ambrósio Ngandau: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

Na povoação materna, esses filhos "*sociais*" eram entregues aos cuidados do tio materno, até à altura dos ritos de iniciação femininos- *Ing'oma* - para ela, e masculinos- *Likumbi*- para ele. Findas as cerimónias rituais, o tio materno, caso tivesse uma filha, oferecia ao sobrinho para casar. Acontecia, assim, o casamento entre primos paralelos.

Parece, por outro lado, que as raparigas tinha aí, maior peso. Para além de engrandecer a povoação materna, esperava-se, que casassem para o tio materno e restantes membros da família social, usufruir do devido pagamento do dote.<sup>72</sup>

A partir daí depreende-se que, quanto maior fosse o número de sobrinhas residindo na povoação materna melhor era, pois que isso significava não só o prestígio da povoação mas, sobretudo, a entrada de mais bens provenientes de pagamentos de dotes.

Tudo leva a crer que na família de nascimento as raparigas ocupavam um lugar de destaque. Para além do pagamento do dote, que nesse contexto os beneficiários eram os pais, elas constituíam um sustentáculo forte nos afazeres domésticos.

*"Uma filha tinha que ficar com os pais para ajudá-los, nos vários afazeres, e especificamente em caso de incapacidade física por doença."*<sup>73</sup>

Os filhos eram considerados como tendo atingido o *status* de adulto depois de passar por ritos de iniciação, quer masculinos, quer femininos.<sup>74</sup> Esses filhos,

---

<sup>72</sup> Ernestina Tomé, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997. Mariano Juakimu: Entrevista, aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>73</sup> Pedro Nandweke: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997.

<sup>74</sup> Esse princípio mantém-se até aos nossos dias.

enquanto não rituados, eram agrupados numa posição tida como inferior. Enquanto estivessem na povoação, os filhos sociais da linhagem não rituados eram considerados dependentes dos pais. Seguiam, deste modo, os movimentos dos seus pais. Depois dos ritos de iniciação, tanto a rapariga como o rapaz tinham o direito de possuir os seus próprios campos de cultivo, estando, contudo, os produtos daí resultantes sob o controle dos pais. Os pais deixavam de controlar a sua produção agrícola, quando casassem.

### 2.2.3 A Posição do tio materno na sociedade maconde

A revisão de literatura sobre as sociedades matrilineares sugere que nesse tipo de sociedades o exercício do poder encontra-se nas mãos de indivíduo de sexo masculino. A sucessão, é, muitos casos, feita de tio para sobrinho, filho da irmã.<sup>75</sup>

A mulher, irmã, é quem "dá" nome social aos seus filhos. Mas, ao mesmo tempo, ela encontra-se numa posição de desvantagem em termos de detenção de poder. A governação, nesse tipo de sociedades, está a cargo dos homens (como irmãos e tios).<sup>76</sup>

Robin Fox<sup>77</sup> apresenta 3 tipos diferentes de organização matrilinear.

1. A que se baseia nos papéis mãe-filha-irmã e na residência matrilocal. Aqui, a tarefa do controle e da continuidade é, em certa medida, cometida às mulheres e,

---

<sup>75</sup> Na sociedade maconde parece não ter havido regra rígida de escolha do sobrinho para suceder ao tio. O filho não varão - por exemplo, secundogénito - podia suceder ao tio, bastando para isso reunir as qualidades exigidas.

<sup>76</sup> A discussão sobre as posições do tio materno e mulher nas sociedades matrilineares aparece em: Robert F. Murphy, *Cultural & Social Anthropology: An Overture*. - New Jersey: Prentice Hall, 1989, p. 121; Também: William A. Haviland, *Cultural anthropology*. - Vermont: Univ. Vermont, 1993, p. 266; também: Serge Tornay, "Estudo do Parentesco"/ In: *Antropologia-Ciência das Sociedades Primitivas* // J. Copans, et. al. - Lisboa: Ed. 70, 1971, p.60

<sup>77</sup> Robin Fox, *Parentesco e Casamento: Uma Perspectiva Antropológica* (Lisboa, 1986):133

em sociedades com esta base, acontece geralmente que as mulheres disfrutam de um prestígio e de uma influência superiores aos de qualquer outra.

2. A que se baseia nos papéis irmão-irmã-sobrinho e numa residência preferencialmente avunculocal ou, na falta desta, uma fórmula que [permita que o irmão da mãe possa controlar os sobrinhos. Neste tipo de organização, o estatuto das mulheres é, geralmente, inferior, uma vez que o controle e a continuidade constituem monopólio dos homens.

3. A que se baseia na constelação integral dos papéis matrilineares consanguíneos: mãe-filha, irmão-irmã, irmão da mãe-filho da irmã. Aqui, o controle e a continuidade encontram-se em primeira instância nas mãos dos homens, mas o estatuto das mulheres não é necessariamente inferior.

É, pois, evidente, que dos 3 tipos de organização apresentados, o tipo 2 é o que mais se enquadra no contexto matrilinear maconde. Nessa sociedade, o vínculo predominante é o que une o irmão à irmã e o tio ao sobrinho, filho da sua irmã. No que respeita ao exercício de poder, a ligação forte é a que une o sobrinho ao tio uterino. Os informantes evidenciaram que, no passado, era o sobrinho uterino que sucedia ao tio nos destinos da linhagem, em caso da sua morte.<sup>78</sup>

Na povoação do tio materno, os seus filhos não tinham presença em termos de poder, pois que eles inclinavam-se, também, para o seu tio materno. Os filhos "sociais" tinham, na povoação do tio muita consideração, pois que eram tidos como os verdadeiros, fiéis, defensores e continuadores dos ideais da linhagem. Essa deve,

---

<sup>78</sup> Os informantes referiram, também, que em caso da morte do chefe da povoação quem o sucedia era o seu sobrinho uterino e não, por exemplo, o filho.

provavelmente ser, a razão porque os sobrinhos gozavam de maior prestígio, na povoação uterina, em relação aos filhos do seu tio materno.

### 2.3 A Questão de distribuição da terra

#### 2.3.1 Os Procedimentos

A distribuição da terra era uma actividade a cargo do chefe da respectiva povoação. Em vésperas de época agrícola:

*"O chefe da povoação reunia os seus membros, no centro da povoação, informando-os da proximidade do tempo de cultivo."*<sup>79</sup>

A entrada de novos elementos na povoação significava a demarcação de novas parcelas de terra. Em geral, a **Parcela- Mãe**<sup>80</sup> situava-se em redor da povoação.

A técnica de pousio<sup>81</sup> obrigava, por vezes, a abertura de novas parcelas de terra.

O que acontecia, muitas vezes, era que

*"Os terrenos deixados em pousio não mais voltavam para os pais. Podiam, assim, passar, por exemplo, para os filhos não casados, ou para as filhas separadas, regressadas à povoação tio materno"*<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> Julieta Ntchaila: Entrevista, aldeia Mpeme, 28/7/1997.

<sup>80</sup> Parcela -Mãe era o terreno que pertencia a todos os membros componentes da povoação/ linhagem. É dentro dessa parcela que cada um dos membros da povoação tinha os seus terrenos de cultivo.

<sup>81</sup> Que entre os macondes consiste em deixar o terreno de "repouso" durante 3 anos. Depois desse período, o proprietário volta a cultivar nessa mesma área.

<sup>82</sup> André Paulo Majuli, et. al.: Aldeia Muatide, 18/7/ 1997; Januário Paleke Vinhata, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme: 28/7/ 1997.

Os membros residentes na povoação tinham os seus campos de cultivo na chamada parcela-mãe. O facto de os membros serem, ambos, "*proprietários do mesmo património*" comum: a terra, não era condição para entrar ilegalmente nos campos de outro membro.<sup>83</sup>

À uma unidade residencial, composta de mãe, pai, filhos e, provavelmente, também, os netos de ambos, correspondia uma ou várias parcelas de terra

A distribuição de terra consistia na demarcação de parcelas de terra que, em seguida, eram distribuídas aos membros da povoação, sempre acompanhada de recomendação de não "*invasão*" às parcelas-mães pertencentes às outras linhagens.

Cada membro componente da povoação devia informar-se sobre onde começavam e em que ponto terminavam as fronteiras da parcela-mãe pertencentes à sua linhagem, pois que vigorava o sistema de delimitação de fronteiras, *dyengo*, que tinha que ser respeitada para evitar possíveis conflitos com os vizinhos.<sup>84</sup>

Várias vezes o chefe da povoação dizia:

*"Vocês devem parar aqui. Nenhuma pessoa deve atravessar a 'fronteira' para invadir o lado que não nos pertence."*<sup>85</sup>

E, ainda:

---

<sup>83</sup> Os informantes referiram que, mesmo nesse período, cada um sabia onde se situava a sua parcela de terra. Para cultivar uma dada área era preciso pedir autorização, ou ao chefe da povoação, ou a um membro componente da povoação aí residente, proprietário de terreno pretendido.

<sup>84</sup> Ágata Ngaboli: Entrevista, Aldeia Mpeme 29/7/ 1997; Julieta Ntchalla: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/ 1997; Kassiano Kamessa, et. al.: Entrevista, Aldeia Muambula, 3/8/ 1997; André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide: 18/8/1997.

<sup>85</sup> Julieta Ntchalla: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/ 1997.

"Nesta zona de Mpeme, que no passado era conhecida por zona baixa, nós, os da linhagem VaNashuvi confinavamos-nos com os das linhagens VaNkudya, VaNnali e VaMandamo".<sup>86</sup>

As recomendações do chefe da povoação eram importantes. Por um lado, serviam como uma medida correctiva para aqueles que quisessem pautar por uma conduta errada. Sob esse ponto de vista, essas recomendações eram um meio pelo qual o chefe da povoação se servia, em parte, para manter a ordem na sua povoação. Por outro lado, os sobrinhos da linhagem, aprendiam, desde cedo, a lidar com o que, de facto, constituía o património da linhagem: a terra. Quando crescessem saberiam, deste modo, lidar com esse bem social da linhagem.

Uma terra dada, era terra não arrancada. Os poderes do chefe da povoação eram, em algumas circunstâncias, limitados, pois que ele não podia dar a terra, por exemplo, ao sobrinho, para mais tarde dizê-lo:

*"Dê-me essa terra. As parcelas de terra passavam para o tio no caso do seu sobrinho sair da povoação"*<sup>87</sup>

Esse facto mostra que o poder do chefe da povoação ia até à distribuição da terra. Os restantes aspectos relativos ao cultivo, tais como o período de pousio, as culturas a praticar, o número de parcelas de terra a dispor, eram da responsabilidade do proprietário de parcela de terra.

---

<sup>86</sup> Julieta Ntchaïla: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997.

<sup>87</sup> Harry West. Comunicação Pessoal. Maputo 14 /07/1997.

West frisa, também, que a mulher não casada enquanto estivesse a viver na povoação da mãe recebia as terras desta. Mas quando casasse, esses terrenos voltavam para a mãe, pois que ela passava a usufruir do recurso terra na povoação uterina do marido. Note-se aqui, que se realça o papel da mulher, irmã e sobrinha, como dona dos terrenos de cultivo e não o homem, esposo.

As mulheres não casadas vivendo na povoação, tinham os seus terrenos de cultivo nas terras de linhagem (onde cultivavam os pais).<sup>88</sup>

Elas recebiam o apoio, quer dos seus irmãos, quer mesmo de outros membros da família social vivendo na povoação.

Por vezes era comum a prática de entreatjada, *Nkumi*.<sup>89</sup>

Embora a mulher-irmã e sobrinha do chefe da povoação- não lidasse directamente com o controle do recurso terra, crê-se que ela tinha algum papel interventivo em questões ligadas à terra. Enquanto as filhas não casadas residissem na povoação da mãe usufruíam do uso dos terrenos desta. Isso revela a importância que a mulher detinha em matéria relativa à terra, no contexto da povoação, e a nível da instituição linhageira. O homem, estranho à linhagem, enquanto estivesse na povoação da esposa era dependente no uso do recurso terra, pois que o acesso à terra por ele era condicionado via esposa. Essa situação colocava o homem, o marido, na posição de inferioridade.

A mulher, sendo a dona dos campos de cultivo podia dispor de tantas parcelas de terra, bastando para isso ter as capacidades produtivas.

As filhas, depois de separadas, podiam, sempre, contar com as terras da mãe. O facto das terras serem da mãe era a garantia de que a qualquer altura teriam pedaço

---

<sup>88</sup> Mário Mulula Katuma, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/ 7/1997; Vicente Uteda, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997.

<sup>89</sup> Madalena Musika: Entrevista, Aldeia Mpeme 30/7/1997; Januário Ambrósio Ngandau: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997. *Nkumi* era uma prática que nesse período consistia em convidar um grupo de pessoas para ajudarem no trabalho de cultivo da terra. Findo esse trabalho, a anfitriã oferecia bebida, ou comida, ou ambas as coisas em simultâneo, aos convidados. Na fase actual, essa prática é, em muitos casos pagável em dinheiro- designando-se, assim, por *Magosho*.

de terra para o cultivo, independentemente da existência da linhagem do pai, que tinha pouco peso na identificação do indivíduo maconde.

A mulher, tratando-se de dona dos campos de cultivo, podia dizer ao marido que no novo ano preferia abrir outros terrenos de cultivo, para deixar, os que estavam em uso, de pousio. O marido não teria muito peso em contestar a decisão da esposa, pois que os terrenos eram desta. O homem de outra linhagem, quando viesse casar a sobrinha do chefe da povoação, usufruía, por alguns anos das terras da sogra.

#### *2.4 Conclusão*

A vivência em povoações era a característica da sociedade maconde do período pré-colonial. A povoação era dirigida por uma figura masculina, o chefe da povoação.

A terra era considerada um bem social da linhagem.

A distribuição da terra pelo chefe da povoação não só se ligava ao facto ser ele o guardião dos membros aí residentes. Tinha a ver, por outro lado, com o facto de ser o detentor do poder na sociedade- como irmão e tio materno. A mulher, embora não governasse, era elemento chave em questões ligadas à terra. A forte presença dos guardiões da linhagem era a garantia do usufruto do recurso terra pela mulher em condições favoráveis, independentemente do seu estado civil.

## CAPÍTULO III

### 3. AS MUDANÇAS SURGIDAS NA SOCIEDADE MACONDE, COM A PENETRAÇÃO ESTRANGEIRA, NO QUE CONCERNE AO ACESSO E CONTROLE DA TERRA, ENTRE 1930 AO PERÍODO ANTES DO INÍCIO DA LUTA ARMADA

#### *Introdução*

Antes da conquista colonial do Planalto de Mueda, os macondes viviam em povoações, independentes umas das outras. Nessa época, a questão de acesso e controle da terra era tratada no contexto de cada povoação.

A conquista colonial do Planalto de Mueda levou a uma transformação considerável da região, tanto a nível político como económico, bem como social.

O objectivo do presente capítulo é tentar compreender o Planalto de Mueda colonial: como é que a integração dessa área, quer no sistema colonial (e a implantação de certas políticas, tais como a montagem de hierarquias de oficiais, os trabalhos forçados- e particularmente o cultivo de algodão- e a cobrança de imposto), quer na economia colonial capitalista regional, intervieram na destruturação dos valores costumeiros, na sociedade maconde do Planalto de Mueda, e qual terá sido o impacto dessa destruturação na matéria relativa à terra.

#### *3.1 A Conquista colonial do planalto de mueda: as perspectivas teóricas*

Vários são os posicionamentos referentes ao período da penetração colonial no planalto de Mueda. Devido ao seu isolamento, os macondes foram diferentemente caracterizados, chegando até a ser apelidados de "*orgulhosamente*"<sup>90</sup> isolados.

Particularmente crítico dessa visão é Yussuf Adam<sup>91</sup>, que tende a sugerir que

---

<sup>90</sup> Ângela Maria Teixeira Rebelo de Oliveira, Análise das Relações Sociais de Produção na Sociedade Maconde ( Período 1850-1984). Lisboa., 1987/88, p.44

<sup>91</sup> Yussuf Adam, " Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento"/ In: ARQUIVO, 14 ( Maputo) 1993, p.10

o isolamento excessivo atribuído aos macondes nas descrições de europeus podia não corresponder à realidade no terreno. Argumenta que já no século XIX, os macondes tinham feito uma abertura ao exterior direccionando-se em 3 prováveis rotas:

1. Zonas sob o domínio da Companhia do Niassa (principalmente a zona costeira de Cabo Delgado).
2. A zona costeira do então Tanganhika.
3. A ligação com a margem direita do Rio Rovuma.

Estevão Jaime Mpalume <sup>92</sup>, cuja obra é escrita em CiMaconde, apresenta um quadro cronológico dos acontecimentos que tiveram lugar no território que mais tarde ficaria conhecido como da Companhia do Niassa. Na primeira fase, apresenta os factos do período antes da formação da Companhia (1874 até 1 de Setembro de 1894). Durante essa fase não aparece nenhuma menção em relação aos macondes. Na segunda fase, aparece a cronologia referente ao período pós-formação da Companhia do Niassa (1894-1913).

A leitura que se faz desse quadro é a seguinte: na fase antes da companhia do Niassa não aparece nenhuma referência relativa aos macondes. Mas isso não quer dizer que não houvesse contendas opondo por um lado, os macondes, e por outro, outras etnias vizinhas, tais como Macuas, Yaos, Angonis. Na segunda fase, a maior parte de informação relaciona-se com os conflitos que envolveram por um lado, a Companhia do Niassa, e por outro os africanos, cujos territórios estavam sob a jurisdição dessa grande companhia majestática surgida no Norte de Moçambique, no final do século XIX. A primeira tentativa de escalar o país maconde, feita pela Companhia do Niassa, situa-se, segundo o autor, no mês de Outubro de 1913. Mas, ao que parece, essa tentativa teria redundado em fracasso. A ilação que se tira da leitura desse quadro cronológico é que, antes de 1913 o país maconde não tinha sido penetrado pela Companhia do Niassa. Assim, os macondes mantinham-se no seu Planalto, longe da influência dessa Companhia.

---

<sup>92</sup> Estevão Jaime Mpalume, *Vyaka Vyoe Vya Mauvilo Mu Mosambiki*. - Cabo Delgado: Núcleo da Associação dos Escritores Moçambicanos. 1990

A I Guerra Mundial (1914-1918), explica a subida ao planalto pelos alemães e portugueses e a construção da primeira grande estrada ligando Mocímboa do Rovuma (actual Ng'apa) à actual Pemba (então Porto Amélia). Esse acontecimento situa-se por volta de 1917.

Ainda no contexto da "*pacificação*" dos macondes, é Pélissier <sup>93</sup> quem apresenta uma descrição pormenorizada sobre a chamada "*Campanha de Pacificação*" dos macondes de 1917. Apresenta, ainda, um quadro cronológico sobre os vários acontecimentos que tiveram lugar na então Colónia de Moçambique no período em que ele faz alusão ( 1854-1918). A primeira grande campanha contra os macondes que ele apresenta é a de 1913. O ano de 1915 ( Maio- Junho?) é o de abertura do país maconde. Considera que o final de Setembro de 1917 marca o fim da chamada "*pacificação*" dos macondes, sendo o ano de 1920 o de ocupação.

Para o colectivo do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, a conquista colonial do Planalto de Mueda situa-se no período imediatamente pós-primeira Guerra Mundial.

Assim:

*"Em 1919-20, após ter angariado mais dinheiro, a Companhia organizou uma expedição contra os macondes, aparentemente o último foco de resistência à ocupação colonial nessa época."*<sup>94</sup>

As várias opiniões aqui apresentadas tendem a sugerir que é a partir dos anos 20 deste século que se pode falar da conquista colonial do país maconde. Após essa conquista, os períodos posteriores foram de montagem e consolidação do aparelho do Estado colonial na sociedade maconde do Planalto de Mueda.

---

<sup>93</sup> René Pélissier, *Naissance Du Mozambique: Résistance et Révoltes Anti Coloniales ( 11854-1918)*.- Tomo II. Orgeval ( França), 1984, p. 701

<sup>94</sup> Departamento de História, *História de Moçambique II: Agressão Imperialista* ( Maputo, 1982): 118

### 3.2 A Sociedade Maconde do planalto de Mueda, 1930 ao período antes da luta armada

Após a conquista colonial do planalto, o território foi dividido administrativamente em regulados, num total de cerca de 24 regedorias.<sup>95</sup>

É a partir daí que surge o cargo de régulo<sup>96</sup> que antes não existia no Planalto de Mueda.

*"Os régulos aqui nós chamávamos vankhulungwa (plural de nkulungwa). Não existiam antes da chegada dos portugueses"*<sup>97</sup>

Os relatos de informantes evidenciaram a má conduta desses elementos do Estado Colonial. Essa actuação revestiu-se de formas brutal e abusiva:

*Mabulisha*<sup>98</sup> *actuavam coercivamente. Uma vez mandavam alguém do regulado comprar galinhas. Quando o mandado recusasse, era apriisionado*

<sup>95</sup> Yussuf Adam, Anna Maria Gentili, "O Movimentos dos Liguilanilu no Planalto de Mueda, 1957-1962" / In: ESTUDOS MOÇAMBICANOS, 4 ( Maputo) 1983, p. 43

<sup>96</sup> Toda a hierarquia de oficiais, composta de régulos, capitães-mores, waziris, cabos, capatazes, cipaios, subordinava-se à administração sediada em Mueda-Sede, considerada a sua Sede Central. Em cada regulado existia um régulo e seus respectivos subordinados, cujas tarefas se confinavam, na sua maioria, a nível do respectivo regulado. Essa situação mostra claramente que cada régulo lidava directamente com os assuntos ligados ao seu regulado. Contudo, é possível que ele se imiscuisse nos assuntos doutros regulados quando, por exemplo, houvesse conflito envolvendo algum/ alguns membros da área sob a jurisdição com os membros pertencentes a outros regulados. Diferentemente dos chefes das povoações, que apenas controlavam, cada um, a sua respectiva povoação, os poderes do régulo estendiam-se a um vasto espaço territorial. O impacto maior da montagem dessa hierarquia de oficiais não reside, em si, na sua presença física no Planalto de Mueda. O que importa mencionar é a forma como eles se comportaram na maneira de sua actuação.

Por outro lado, é preciso não existe paralelismo entre o cargo de Capitão-mor em referência no presente estudo com o de capitão-mor do século XIX. Para o último caso, Botelho refere que " Em geral, dava-se a este nome a todo o indivíduo que fosse chefe de algum serviço. Dai resultavam grandes diferenças de categorias entre os diferentes capitães-mores, sendo em Moçambique numerosas as suas modalidades. As atribuições do capitão-mor cifravam-se geralmente em fazer respeitar tanto possível a soberania nacional, e em resolver milandos ou questões entre os indígenas." Para mais consulte: José Justino Teixeira Botelho, História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: De 1833 aos Nossos Dias ( Lisboa, 1936):75

Botelho sugere que havia, em parte, a subordinação dos régulos aos capitães-mores). A situação foi diferente no Planalto de Mueda. os capitães-mores é que se subordinavam aos régulos, o que significa que mantinham uma posição inferior em relação ao período anterior à conquista.

<sup>97</sup> Andrik Lidimo Nchagua, citado em Albano Naroromele, Depoimentos de Velhos do planalto de Mueda, 1992, p. 15

O conceito *nkulungwa* é, também, conhecido entre os Macondes do Planalto de Newala, Tanzânia. Para mais pormenores, veja: Joseph M. KAMUGISHA, A Study of Makonde Social and Religious Institutions.- Oxford: University of Oxford, 1981, p.81

<sup>98</sup> Capatazes

e levado até à administração. Outras vezes, chegavam numa dada povoação e pegavam galinhas sem pagar.<sup>99</sup>

A actuação abusiva foi também reportada no caso de pagamento de imposto:

*"Às vezes, os régulos prendiam algumas mulheres porque gostavam delas. Deste modo, aproveitavam para dormir com elas. Para evitar tais abusos, os homens casados eram obrigados a pagar imposto."<sup>100</sup>*

Os régulos, defendem-se que a sua actuação tinha razão de ser:

*"Não é justo acusar os vankhulungwa de maus. Bater? Nkhulungwa batia quem era indisciplinado. Batia com palmatória, sim. Eu mandava bater pessoas. Mandava bater 4 palmatoadas em cada mão. Não batia mais. O meu tio era capaz de dar 100 palmatórias."<sup>101</sup>*

Antes da penetração colonial do Planalto, os macondes iam à costa levando vários produtos para troca com os artigos que necessitavam,<sup>102</sup> ao mesmo tempo que há evidências de que não existia no interior do Planalto, mercados<sup>103</sup> que absorvessem os excedentes agrícolas dos camponeses locais, o que os obrigava a um comércio a longa distância. O que subsistia, era a troca directa produtos/ produtos. A abertura do planalto ao exterior teria permitido a entrada de comerciantes, entre os quais os que se encontravam na zona costeira, que começaram a instalar as suas infraestruturas comerciais. Esse facto fez com que o Planalto passasse a contar com uma rede de colocação de produtos pelos camponeses. Deste modo, a economia que na era pré-colonial se baseava, sobretudo, na troca produtos (cereais, oleoginosas, mel, borracha) / artigos (tecidos, missangas e mais tarde armas e pólvora) e até sal

---

<sup>99</sup> Luís Akuluendo: Entrevista, aldeia Muatide, 24/7/1997.

<sup>100</sup> Daniel Mbeteta: Entrevista, Aldeia Muatide, 20/7/1997. As passagens mostram que houve combinação perfeita entre a hierarquia de oficiais surgida no Planalto de Mueda e as políticas coercivas impostas pelo Estado Colonial. Para muitos desses oficiais, a actuação abusiva era o meio através do qual conseguiam lograr os seus intentos.

<sup>101</sup> Andrik Lidimu Nchagua, citado em Albano Naroromele, Depoimentos de Velhos do Planalto de Mueda, 1992, p. 15

<sup>102</sup> Consulte o capítulo sobre o período pré-colonial.

<sup>103</sup> Nesse período não existiam, por exemplo, os mercados algodoeiros.

com a costa, passou no período colonial, a revestir-se de um carácter monetarizado. É provável que a reportada questão de venda de terras nos anos 30, estivesse relacionada com a monetarização económica.

A tardia penetração colonial no Planalto de Mueda significou tardio início de cobrança do imposto. Os dados apresentados por Vilhena,<sup>104</sup> do período situado entre 1898 e 1903, evidenciam que até ao último ano, o imposto era cobrado na zona costeira<sup>105</sup>: Ibo, Quissanga, Mocímboa da Praia, Túngué, Pemba. As ilações a tirar desse quadro são:

- Até ao início do século XX, o planalto de Mueda era uma zona marginal ao controle da Companhia do Niassa.
- Que até 1903, a zona costeira era a mais atingida pela cobrança do imposto.
- A monetarização era quase inexistente no planalto, uma vez que os macondes se mantinham longe da influência da Companhia do Niassa.

Ângela de Oliveira<sup>106</sup> é da opinião que a circulação de valores monetários na sociedade maconde data da altura de introdução de obrigatoriedade do pagamento do imposto. Ela situa tal acontecimento no período pós-1929. Geffray<sup>107</sup> sugere que nas trocas com o mercado litoral, a procura do dinheiro começou com a obrigação do pagamento de imposto, lembrando que no início desta obrigação, não havia ainda lojas no interior que absorvessem o dinheiro.

Iliffe<sup>108</sup> nota que em algumas regiões do então Tanganhica, o início da monetarização significou o começo do pagamento do imposto em dinheiro, substituindo o antigo costume de pagamento em géneros. Em algumas regiões, já era evidente a circulação de moedas, que serviam como meio de troca nos mercados

---

<sup>104</sup> Ernesto Jardim de Vilhena, COMPANHIA DE NIASSA- Relatórios e Memórias Sobre os Territórios ( Lisboa, 1905):119; 120; 122-123

<sup>105</sup> No chamado território da Companhia do Niassa, o imposto foi introduzido em 1898. Para mais detalhes consulte: Amélia Neves Souto, Guia Bibliográfico Para o Estudante de História de Moçambique ( 200/ 300-1930). ( Primeira edição moçambicana).- Maputo: UEM/ CEA, 1996, p.162

<sup>106</sup> Ângela Maria Teixeira Rebelo de Oliveira, Análise das Relações Sociais de Produção na Sociedade Maconde ( período 1850-1984). Tese de Licenciatura em Antropologia.- 1987/1988, p. 44

<sup>107</sup> Citado em: Ângela Maria Teixeira Rebelo de Oliveira, Análise das Relações Sociais de produção na Sociedade Maconde..., p.49

<sup>108</sup> John Iliffe, A Modern History of Tanganyika( Cambridge, 1979):132

locais. Em regiões onde a penetração de dinheiro fora tardia, mantinha-se a antiga tradição. Iliffe tenta, assim, mostrar os sinais do avanço da economia colonial: a monetarização e o imposto. Mas, sobretudo, chama a atenção para o facto de não haver a homogeneidade de regiões em questão de monetarização num mesmo espaço de tempo. Isso significa que num mesmo espaço temporal havia diferenciação em termos de uso e circulação de dinheiro.<sup>109</sup>

Os relatos de informantes, embora não precisem exactamente quando é que teria ocorrido a imposição de pagamento de imposto, evidenciam a procura de dinheiro para tal pagamento:

*"Eu via pessoas quando carregavam os seus produtos e iam à loja de Indianos em Namaua para vendê-los e conseguir dinheiro que iam guardando, pouco a pouco, até contabilizar o suficiente, para o pagamento de imposto."*<sup>110</sup>

No pagamento do imposto, tanto o homem como a mulher foram envolvidos. Enquanto ele, o marido, é quem pagava directamente na administração local, ela, a mulher, ostentava, no pescoço, o cartão identificativo de tal pagamento. Essa situação parece diferir com o que se teria passado em Nampula<sup>111</sup>, pois que aí era a mulher que directamente pagava o imposto.

A tarefa de dispor de dinheiro para o pagamento de imposto não era somente da responsabilidade dos homens. Mas de ambos os cônjuges.

*"... O casal, em comum, cultivava amendoim e outros produtos, que eram vendidos para conseguir dinheiro para o pagamento do imposto."*<sup>112</sup>

Essa passagem revela algumas questões pertinentes:

1. Que durante esse período, os camponeses locais não produziam somente para a subsistência,

---

<sup>109</sup> A observação de Iliffe pode, até certo ponto, concordar com o que se teria passado na sociedade maconde. A circulação de dinheiro na zona costeira, com o pagamento de imposto, não significou o mesmo na sociedade maconde, pois que na segunda região o imposto foi introduzido tardiamente.

<sup>110</sup> Mariano Juakimu: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/1997.

<sup>111</sup> Arlindo Gonçalo Chilundo, The Economic And Social Impact of The Rail And Road Transportation Systems In The Colonial District of Mozambique (1900-1961). - Tese de Doutoramento, 1995, p.288

<sup>112</sup> Daniel Mbeteta: Entrevista, Aldeia Muatide, 20/07/ 1997

2. Que os habitantes do Planalto eram servidos por uma rede de comercialização, onde colocavam os seus produtos,
3. Que a introdução e a obrigatoriedade de pagamento de imposto na sociedade maconde levava os seus habitantes a dispor do dinheiro,
4. A nível do agregado familiar, tanto o homem como a mulher foram "arrastados" para o pagamento do imposto.

A mão-de-obra que pagava os impostos era a mesma que era direccionada para os trabalhos forçados em Mpanga e em Mwangani.

*Ouvi dizer que em Mpanga iam os casais. As mulheres iam dar assistência aos seus maridos. Elas não eram directamente envolvidas nos trabalhos, que duravam seis meses. Era ordem da administração. As pessoas iam, também, à Mwangani, na construção de estradas.*<sup>113</sup>

A mão-de-obra canalizada para as plantações de sisal de Mpanga era, na sua maioria, mal paga, senão mesmo "gratuita"

A nível externo, o Planalto de Mueda destacou-se durante esse período, pelo facto de ter constituído a "reserva" da mão- obra para Tanganhica colonial. Os documentos fazem alusão à ida de macondes ao Tanganhica. A primeira fase, que corresponde ao período antes da conquista colonial do Planalto, relacionar-se-ia, provavelmente, com o que se designaria por migrações voluntárias. Seriam, assim, as saídas do tipo não coercivas para fins, quer de troca de produtos excedentários com artigos que os habitantes locais necessitavam para a satisfação das suas necessidades, quer à procura de emprego nas plantações locais de sisal para a melhoria das suas condições de vida. A segunda fase, de ondas migratórias, é a que começa com a introdução de políticas coercivas do Estado Colonial (trabalhos forçados, incluindo o cultivo forçado de algodão e o pagamento de imposto). Crê-se que a arbitrária e abusiva forma de actuação de oficiais que surgiram com a montagem do aparelho estatal colonial teria contribuído consideravelmente para a fuga de macondes para o outro lado do rio Rovuma. Se se tiver em conta esses aspectos, considerar-se-ia essa fase como recordista em termos de saídas no Planalto.

---

<sup>113</sup> Mariano Juakimu: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/ 1997

Allen e Barbara Isaacman<sup>114</sup> vêem nas políticas repressivas levadas a cabo pela Companhia do Niassa como responsáveis directas pela fuga de mais de 300 000 moçambicanos, no período situado entre 1920-1930. Tais fugas aumentariam com a introdução de cultura forçada de algodão nos finais da década de 30 (1938).

Para Egero,<sup>115</sup> as migrações de Moçambique para o então Tanganhica não remontam apenas do período colonial, como resposta ao início da luta de libertação de Moçambique. As sociedades nortenhas, predominantemente macuas e macondes, cujos territórios tinham alguma ligação com o Rio Rovuma são consideradas pioneiras no fornecimento de imigrantes ao Tanganhica colonial. Para essas sociedades, as migrações datam da última parte do século XIX. As ondas migratórias posteriores a esse período constituíram parte importante da mão-de-obra nas plantações dos europeus. Essas migrações,<sup>116</sup> seriam constantes, até ao período do início da luta de libertação nacional. Egero indica quatro direcções que os moçambicanos tomavam: 1. A zona costeira do então Tanganhica; 2. Mtwara; 3. Rovuma-zona sul; 4. Tanga.

O Censo de 1967, feito em Tanzânia,<sup>117</sup> indicava o total de 130324 moçambicanos,<sup>118</sup> o que revela que o grosso da população era constituído por esses, que na sua maioria se fixava na zona costeira. A fixação nessa zona talvez tivesse a ver com as oportunidades de emprego nas plantações de sisal. O trabalho assalariado nas plantações de sisal, *manamba*, teria permitido aos macondes a aquisição de dinheiro, que posteriormente utilizavam para adquirir bens. Ao regressar a casa, essa camada de indivíduos teria-se diferenciado dos habitantes locais, não só pelos bens trazidos do além Rovuma, mas sobretudo, pelas experiências que tinham ganho/acumulado no trabalho, nas plantações de sisal no Tanganhica colonial.

---

<sup>114</sup> Allen & Barbara Isaacman, "Mozambique During the Colonial Period". In: *Decolonization in French, Belgian, Portuguese and Italian Africa: A Bibliography*.// David Gardinier, ed., 1980, vo. 6, p.56

<sup>115</sup> Bertil Egero, *COLONIZATION AND MIGRATION: A Summary of Border-Crossing Movements in Tanzania Before 1967*. - Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1979, p.29; 3335

<sup>116</sup> Que Egero designa de "vai e vem" ao longo da fronteira.

<sup>117</sup> Já nessa altura o país estava independente, tendo mudado a designação de Tanganhica para Tanzania

<sup>118</sup> Seguido de Kenya, Burundi, Rwanda, Malawi, Congo ( Ex- Zaire), Uganda, Zâmbia. Egero, op.cit.:

E, talvez, a maior experiência residisse no facto de alguns regressados trazerem consigo o conceito de valor da terra. Através de experiências ganhas no trabalho da terra nas plantações podia-se verificar que esse recurso tinha um certo valor. Ter uma parcela de terra, trabalhá-la e vender os produtos daí obtidos constituía a maior fonte de acumulação de dinheiro. O caso mais elucidativo é o do Lázaro Nkavandame, que depois de ter estado por alguns anos no Tanganhica retornou ao Planalto, tendo participado na fundação do Movimento Liguilanilu, em 1957. O grande mérito de Nkavandame reside no facto de ter mostrado que a terra tinha valor. A outra experiência, provavelmente, ganha é a relacionada com os casamentos pagos em dinheiro. A fixação por longos períodos de tempo permitia aos macondes, entrar em contacto com os usos e costumes dos povos das várias regiões que compunham o então Tanganhica. Esse país, seria assim considerado o foco de transmissão de experiência, no que concerne às regras de residência, pois que directa ou indirectamente, isso teria contribuído para a introdução de casamento com dinheiro numa sociedade até então regida por princípios costumeiros, em que não se incluía o valor monetário no pagamento do dote. Contudo, é possível que a utilização de bens para o pagamento do dote<sup>119</sup> tivesse a ver com a economia de simples troca, então prevalecente. Os relatos de informantes tendem a revelar que as idas ao então Tanganhica trouxeram nova experiência a nível do Planalto de Mueda.

*"Nós víamos os outros, lá, que casavam com dinheiro. Deixou-se de utilizar as armas para passar a utilizar dinheiro."<sup>120</sup>*

Dias,<sup>121</sup> é de opinião que a introdução de dinheiro na sociedade maconde teve pontos, tanto positivos como negativos. Nos primeiros, realça que com o dinheiro podia-se adquirir os bens básicos, necessários aos seus habitantes. Nos segundos,

---

<sup>119</sup> Sobre os bens utilizados no pagamento do dote consulte o capítulo referente fase pré-colonial.

<sup>120</sup> André Paulo Majuli, et. al. entrevista: Aldeia Muatide 18/07/1997  
Estes informantes referiram que soube-se que do outro lado utilizava-se dinheiro para se casar através das viagens constantes que os macondes faziam.

<sup>121</sup> Jorge Dias2, "Estruturas Sócio- Económicas em Moçambique"/ In: Moçambique- Curso de Extensão Universitária (Lisboa, 1964/65):94

frisa o carácter "*corruptivo*" do dinheiro na sociedade maconde. Ele<sup>122</sup> sugere que a aquisição do dinheiro pelos homens macondes<sup>123</sup> teria os colocado, economicamente, na posição de vantagem, permitindo a mudança de *status* em relação às mulheres. Dias, tenta, assim, mostrar o impacto de penetração de valores monetários numa sociedade que, durante anos, se serviu de mera economia de troca como a base de satisfação das suas necessidades básicas. As mudanças atingiram particularmente o campesinato local que começou a adequar-se às circunstâncias. Para a obtenção do dinheiro, os camponeses locais, ou alargavam as culturas alimentares, ou se esforçavam por produzir mais do que o que consumiam, colocando os resultados excedentários da produção na incipiente rede de comercialização aí existente, ou procurando introduzir as culturas de rendimento, com saídas nos grandes mercados. Deste modo, e segundo Dias, introduziu-se na sociedade maconde o conceito de economia monetarizada. As mudanças decorrentes de introdução de dinheiro na sociedade maconde criaram uma diferença profunda em termos de poder aquisitivo, contribuindo para o desequilíbrio no sistema que regulava as relações entre os sexos, fazendo assim alusão ao lugar do homem- irmão e tio materno- e da mulher- irmã e sobrinha uterina, nessa sociedade.<sup>124</sup>

Dias mostra, assim, que a circulação de valores monetários na sociedade maconde significou o início de enfraquecimento, quer das posições dos guardiões das linhagens, através do poderio económico dos "*cunhados*" das linhagens, quer do lugar da mulher na sociedade maconde. Deste modo, pode-se dizer que essas mudanças constituíram o indício de perda de poder pelos tios maternos. O enfraquecimento do poder dos decanos das linhagens seria mais notório no que concerne aos bens, adquiridos com dinheiro. Se, no período antes da circulação de

---

<sup>122</sup> Suas esposas, uma vez que se a questão for analisada no contexto da linhagem pode se afirmar que alguns desses homens seriam, provavelmente, tios maternos que detinham o poder a nível das respectivas povoações. Contudo, o mesmo não aconteceria se residissem nas povoações das suas esposas, pois que aí, o poder das mulheres era incorporado nos seus irmãos. Deste modo, a mulher era considerada a dona dos campos de cultivo, de celeiros e de casa. O homem era, na povoação de sua esposa, dependente economicamente e simples reprodutor biológico.

<sup>123</sup> Dias parece sugerir homens esposos, e não tios maternos.

<sup>124</sup> Dias, op. cit.:94 observa, por exemplo, que: " A capacidade subversiva do dinheiro traduz-se das seguintes maneiras na sociedade maconde: alguns homens podem comprar espingardas facilmente e negociam casamentos virilocais, satisfazendo os caprichos de momento. Por sua vez, embora se mantenha a expressão 'pagar espingarda' por lobolo, muitos familiares das noivas exigem, além da espingarda, panos ou outros valores e, às vezes, até dinheiro."

valores monetários eram os tios maternos que procediam a conservação e a distribuição dos mesmos pelos membros componentes da povoação, o mesmo não aconteceria no período posterior. O papel dos tios maternos foi sendo quebrado à medida que cada um adquiria o seu bem material (por exemplo bicicleta, máquina de costura) e se encarregava de o conservar. Essa reclamação "passiva" pelo bem material individual teria contribuído para a fragilização do papel social dos decanos das linhagens. Passava-se, assim, de propriedade colectiva de bens materiais para uma individual. Essa situação fez com que:

*"...até aos anos 50, a terra fosse o único bem controlado pelos chefes das povoações, no Planalto de Mueda."*<sup>125</sup>

Medeiros,<sup>126</sup> sugere que o início da desagregação do poder social da mulher situa-se no período compreendido entre meados dos anos 30 a finais dos anos 50. Ele realça que a introdução de economia monetária, resultante do trabalho assalariado nas plantações capitalistas, nas sociedades ditas matrilineares (Norte de Moçambique), teria favorecido os homens que viram o seu poderio económico a aumentar. Essa situação teria feito com que, gradualmente, eles se afastassem das áreas das matrilineagens das esposas. É assim que, a mulher sofreu o que Medeiros designa de "desvalorização" social continuando, contudo, a manter o lugar de produtora.

Um outro documento refere que:

*Até aos anos 50 em vastas áreas do norte de Moçambique a terra começou a tomar um carácter mais individual. Para o caso específico de algumas regiões da província de Nampula, até aos anos 60, as mulheres controlavam os celeiros. A circulação dos bens de subsistência e o acesso à terra para os homens dependia do chefe da linhagem das suas mulheres. Depois dos anos 60, a terra circula, por herança, entre os homens da linhagem. Com a*

<sup>125</sup> Harry West. Comunicação pessoal. Maputo, 14 de Julho de 1997

<sup>126</sup> Eduardo Medeiros, "Evolução de Algumas Instituições Sócio-Familiares"/ In: Cadernos de História. Boletim do Departamento de História da UEM.- Maputo, Junho de 1985, nº1, p. 32;34

*introdução da economia monetária, resultante do cultivo forçado de algodão, sisal, açúcar, o dinheiro circula exclusivamente entre as mãos dos homens.*<sup>127</sup>

Essas opiniões sugerem que, gradualmente, a mulher foi perdendo o valor social que detinha anteriormente. As culturas de rendimento eram, na sua maioria reservadas aos indivíduos de sexo masculino, pois que elas confinavam-se mais no contexto doméstico.

### *3.3A Economia no planalto de mueda colonial: a produção camponesa e o cultivo forçado de algodão*

Em termos económicos, uma das características do Planalto de Mueda colonial foi a produção camponesa de subsistência- mas que permitia excedentes agrícolas para a colocação na rede de comercialização local. Essa situação revela que a conquista colonial não significou o fim do usufruto do recurso terra pelos camponeses.

*"Os colonos quando chegaram, não correram para as terras. O que fizeram foi dividir-nos para dispor de mão- de- obra necessária para os trabalhos gratuitos."*<sup>128</sup>

Deste modo, pode-se afirmar que o impacto maior, a nível local, de estabelecimento de administração colonial, surgiu com a imposição, quer de hierarquia de oficiais, quer de políticas coercivas: pagamento de imposto, trabalhos forçados na construção de estradas e nas plantações de sisal de Mpanga.

A produção camponesa predominante era a de cereais- com destaque para milho e mapira, e a de oleoginosas-amendoim e gergelim. A outra parte era desviada, "ilegalmente" para a troca com o outro lado do Rovuma. Nos anos 50, a produção do Planalto era tida como a maior a nível de Cabo Delgado.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> *A Mulher e a Lei na África austral ( Projecto de Investigação ) - Direito à Sucessão e Herança ( Moçambique )*. Departamento de Estudos da Mulher e Género.- Maputo: CEA/UEM, 1994, p. 62

<sup>128</sup> Pedro Ntumi: Entrevista, Aldeia Muntide, 10/8/1997.

<sup>129</sup> Centro de Estudos Africanos, *Não Vamos Esquecer!*, 1983,p.10

Em 1957, surgiu no Planalto de Mueda o Movimento Cooperativo *Liguilanilu*, composto por naturais locais que tinha, como presidente, Lázaro Nkavandame. Analisado no contexto de cultivo forçado de algodão, o seu surgimento era uma resposta ao cultivo dessa planta, pois que era uma alternativa ao cultivo em condições coercivas.

A partir dos anos 30, começaram a verificar-se, na área maconde, algumas transformações no que diz respeito à terra. É assim que se reporta que:

*Para além da exaustão dos solos, verifica-se, a partir da década de 30, a gradual estratificação social e divisão de terras em benefício das linhagens e famílias que se destacavam na estrutura social colonial. As melhores terras para agricultura eram escassas e, no fim da década de 50, falava-se da compra e venda dessas terras. Como resultado deste processo, um número crescente de famílias tinha dificuldades de acesso à terra suficiente para a produção para o mercado e de subsistência. Membros de tais famílias tinham de procurar trabalho nas machambas de outros. Em 1958, a situação foi agravada pelo regresso de muitos imigrantes de Tanganhica relacionado com a crise de sisal, naquele país.<sup>130</sup>*

A questão de diferenciação, que tomou forma a partir dos anos 30, tem de ser analisada num contexto mais vasto, pois que só assim é que será possível entender como é que ela se manifesta com a conquista colonial do Planalto. A área maconde, era antes da penetração colonial dividida em povoados, sendo cada chefe uma entidade autónoma. Contudo, nem todos os chefes aí existentes eram dominantes. Uns, tinham sido os primeiros a se fixar numa dada área, com vastas extensões de terrenos sob o seu controle. Outros, tinham-se estabelecido nos territórios de chefes influentes da zona. Os primeiros eram, assim, considerados *venevilambo* pelos segundos. São esses que tinham posição reconhecida no contexto da sociedade maconde. Um exemplo é o do Nkapoka, cuja "*dinastia*" foi a primeira a fixar-se na zona de Muatide. Os anciãos referem que os Nkapoka possuíam vastas extensões de terrenos na área sob a sua jurisdição. Isso colocava-os na posição de destaque, uma

---

<sup>130</sup> David Hedges, *História de Moçambique III: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961* (Maputo, 1993):236

vez que o prestígio não só se ligava ao facto de outros pedirem para se estabelecer no seu território, como também pelas terras que eles possuíam. Com a conquista colonial, o Estado colonial foi reforçar, ainda mais, o poderio dessa categoria de chefes, e suas respectivas famílias, ao nomeá-los como régulos.<sup>131</sup>

A outra característica que distinguiu o Planalto de Mueda colonial foi o avanço da economia colonial, com a imposição do cultivo forçado de algodão. A introdução do cultivo forçado de algodão na área maconde constituiu a grande viragem no padrão de distribuição da terra na área. Os terrenos para o cultivo de algodão situavam-se no contexto de cada povoação e eram demarcados por elementos vindos directamente de Mueda-Sede. O cultivo era feito tanto por homens como por mulheres.<sup>132</sup>

O padrão de distribuição de terras introduzido com o cultivo de algodão em condições coercivas nada tinha em comum com a anterior distribuição da terra via tios maternos. Sob esse ponto de vista, pode-se afirmar que esse tipo de padrão de distribuição de terras entrou em choque com o anterior, contribuindo, em certa medida, para a perda da autoridade dos tios maternos na matéria relativa à terra.

Adam e Gentili,<sup>133</sup> são da opinião que o cultivo de algodão, em condições coercivas, no Planalto de Mueda não teve peso significativo. Apontam como a causa do insucesso as fugas maciças das populações ao cultivo em condições forçadas. Eles realçam o trabalho assalariado nas plantações de sisal no Tanganhica colonial como a principal fonte de aquisição de dinheiro. Seria esse trabalho migratório que contribuiria para a proletarização da maioria da população masculina local.

---

<sup>131</sup> Isso pode-se verificar no terreno. Aqueles que eram chefes de povoações reconhecidos na sociedade maconde são quase os mesmos que vieram a se tornar régulos. Tais foram os casos de Nkapoka, Lidimo, Nkwemba, Neengo, Ntchingama, entre outros. Os informantes não referiram que os oficiais roubassem terras à população, o que reforça a teoria segundo a qual, o poderio dos régulos, no que concerne às terras, remontava do passado. O que eles fazem, na matéria relativa à terra era a resolução de conflitos entre os vários componentes do regulado. Contudo, não se pode refutar que alguns conseguissem terras à custa da posição que lhes tinha sido conferida pelo Estado Colonial.

<sup>132</sup> André Paulo Majuli, et. al.: Aldeia Muatide, 18/7/1997; Luís Akuluendo: Entrevista, Aldeia Muatide, 24/7/1997.

<sup>133</sup> Yussuf Adam, Anna Maria Gentili, " O Movimento de Liguilanilu... " / in: ESTUDOS MOCAMBICANOS, 4, 1983, p. 44

Os relatos de informantes tendem a evidenciar o fraco rendimento de algodão cultivado em condições coercivas, atribuindo tal facto à aridez dos solos<sup>134</sup> do Planalto:

*Cultivamos algodão, aqui na zona alta. Só que não dava bem. Semeava-se, a planta crescia mas quando o algodão rebentasse abundava o da cor avermelhada, que designávamos de 'segunda'. Só nas zonas baixas, onde existe a terra escura é onde saia o algodão branco.*<sup>135</sup>

A resistência ao cultivo de algodão foi também referida como a outra causa de menor rendimento em condições coercivas.

*" Nós não sabíamos porquê produzíamos algodão. Não dava nenhum lucro. Alguns torravam as sementes como forma de negar o cultivo obrigatório dessa planta, aqui no Planalto. "*<sup>136</sup>

Contudo, a questão de resistência ao cultivo forçado de algodão tem, por vezes, de ser analisada com certa margem de cuidado, pois que a emotividade dos informantes pode, por vezes, ser um meio de defesa do seu grupo. Contudo, isso não quer dizer que a população local não tenha resistido ao cultivo dessa planta.

No passado pré-colonial, a sucessão entre os macondes era do tio materno para o seu sobrinho uterino, filho da irmã. Esse facto fortificava os laços entre os membros, pertencentes a determinada linhagem. Contudo, a penetração colonial parece ter conferido novo carácter à estrutura social maconde.

---

<sup>134</sup> A questão dos solos, na zona alta, oferece alguns indícios para se afirmar que, provavelmente, os dados estatísticos apresentados sobre a região maconde se refiram, na sua maioria, ao algodão produzido nas zonas baixas. Veja, por exemplo, as estatísticas referentes à produção de algodão na, então Circunscrição dos Macondes, apresentadas por: Nelson Saraiva Bravo, A Cultura Algodoeira na Economia do Norte de Moçambique (Lisboa, 1963):145

Alguns estudos levados a cabo no período colonial, confirmam a natureza precária dos solos do Planalto. Craveirinha identificou, como o principal problema dos macondes, a questão da pobreza dos solos. Contudo, notou que, apesar disso, os macondes produziam graças à alta pluviosidade. Para mais, consulte: João José Craveirinha, MONOGRAFIA Sobre alguns Problemas da Região dos Macondes /In: Boletim da Região Militar de Moçambique (12). Lourenço Marques: Centro de Informação e Turismo de Moçambique, 1961, separata 1, p.4

A situação precária dos solos do Planalto, foi também reportada por Dias I que observou que: " Como o algodão tem exigência de solo e de clima que o Planalto não pode satisfazer, só as aldeias macondes das baixas se têm dedicado ao seu cultivo; a produção nos últimos anos tem aumentado sensivelmente." Para mais consulte: Jorge Dias I, Os Macondes de Moçambique: Aspectos Históricos e Económicos, vol. I ( Lisboa, 1964):100

<sup>135</sup> André Paulo Majuli: Entrevista, Aldeia Muatide, 18/7/1997; Jonas Maúnde, et. al.: Entrevista, Aldeia Muambula: 3/8/1997.

<sup>136</sup> Pedro Ntumi: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/o8/ 1997

Dias,<sup>137</sup> defende a tese segundo a qual a não observância de regras sobre as quais se baseava sociedade maconde acarretaria problemas que podiam contribuir para a desintegração dessa sociedade, uma vez que ela era moldada numa visão de conjunto. que a não obediência aos anteriores costumes punha em causa a soberania dos princípios da sociedade. Atribui tal situação ao factor desconhecimento do que era a sociedade maconde, por parte da administração local.<sup>138</sup>

### *3.4 As Relações de Género na Sociedade Maconde do Planalto de Mueda, no período Colonial*

A revisão de literatura<sup>139</sup> mostra quão importante foi o papel desempenhado pela mulher na actividade agrícola.

As ausências constantes dos homens, quer para a costa, quer para o então Tanganhika teriam, provavelmente, elevado a importância da mulher na agricultura. Tal importância se estenderia até ao nível educacional dos filhos, pois que esses passavam a maior parte do tempo com a mãe do que com o pai. Enquanto o homem, esposo, tinha oportunidades de alcançar horizontes mais longínquos,<sup>140</sup> o campo de actuação da mulher confinou-se na esfera doméstica.

Em Mpanga, nos trabalhos de sisal, a mulher não participava directamente nos trabalhos. O seu domínio era o privado, dando assistência ao seu marido.

*" Nós [ mulheres] íamos à Mpanga para dar assistência aos nossos maridos. "<sup>141</sup>*

<sup>137</sup> Jorge Dias I, *Os Macondes de Moçambique III: Vida social e Ritual* ( Lisboa, 1970):306

<sup>138</sup> Como exemplo, cita algumas dessas nomeações arbitrárias que punham em perigo a estrutura social maconde, e particularmente a sua regra de sucessão. Refere, que alguns dos régulos nomeados, tinham sido filhos de cativos. Cita o caso de Ntchingama, que sucedeu o verdadeiro "dono" desse nome, que fora capturado juntamente com a mãe, tendo aí crescido. É sobre essa figura que recai a nomeação para o cargo de régulo.

<sup>139</sup> veja, por exemplo, em: Jorge Dias, " Estruturas Sócio-Económicas em Moçambique". / In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária*, 1964/65, p.93-94

<sup>140</sup> Allen & Barbara Isaacman, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900 - 1982* ( Boulden, 1984): 68

<sup>141</sup> Júlia Vítor, et al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/8/1997; Julieta Ntchaila: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/ 1997.  
As idas ao Mpanga tiveram impacto negativo a nível de agregados familiares. A permanência do casal nas plantações de sisal, por vezes seis meses, acarretava problemas graves nos respectivos agregados. Os proprietários das Companhias não tinham em conta o ciclo agrícola dos camponeses, pois que o recrutamento não tinha meses apropriados. Eles se interessavam principalmente pela obtenção da-mão-de obra quantitativa a qualquer época do ano. Cumprido o período de permanência, o casal retornava à casa. Os informantes referiram que, às vezes, a solidariedade familiar é que minimizava o sofrimento provocado pelas longas permanências

Estabelecimento de infraestruturas comerciais no Planalto de Mueda foi mais uma oportunidade para os homens e não para as mulheres. Embora os campos de cultivo fossem da mulher, a hipótese provável era que ela não participava na decisão sobre a venda dos produtos. Essa seria uma actividade exclusivamente masculina. Em Muidumbe foi referido que os homens iam à Mueda comprar capulanas para as mulheres,<sup>142</sup> o que revela que em questões de "negócios" só os homens é que participavam, cabendo a ela a tarefa de receber os bens trazidos pelos maridos.

Por outro lado, as ausências prolongadas dos homens dos respectivos agregados familiares para o então Tanganhica, significava uma maior sobrecarga de trabalho agrícola para a mulher. Ela tinha que trabalhar "*pelos dois*" para conseguir a auto-suficiência alimentar para si, para os seus filhos e, provavelmente, também, para outros membros do agregado familiar sob a sua responsabilidade. Como consequência, as áreas de cultivo seriam de reduzidas dimensões, uma vez que o cultivo seria feito em conformidade com a capacidade produtiva da mulher.

O Movimento Cooperativo *Liguilanilu* que surgiu no Planalto de Mueda nos finais da década de 50 era constituído principalmente por homens. Lázaro Nkavandame (presidente), João Namimba (vice-presidente), Cornélio João Mandanda e Raimundo Pachinuapa (secretários), Alberto Joaquim Chipande, entre outros.<sup>143</sup>

O facto dos documentos da época não fazerem alusão a algum movimento associativo feminino constitui um sinal revelativo de que a mulher não teve, durante esse período, voz activa, em termos decisórios.

---

em Mpanga, pois que durante esse período de seis meses não se podia fazer a respectiva sacha, nem a colheita dos produtos, caso coincidissem com a época de colheita. Em Mpanga, a mulher maconde foi "utilizada" como um elemento minimizador dos possíveis gastos que as concessionárias dispendiriam para a manutenção do seu funcionamento. Cónscios desse facto, teriam, provavelmente, optado pela inclusão do elemento feminino nas idas ao Mpanga. Deste modo, explorariam mais a mão-de-obra, gastando menos. Assim ficariam, por exemplo, reduzidos os encargos em salários para o pagamento de cozinheiros que seriam contratados para dar assistência aos trabalhadores recrutados. A tarefa de cozinhar ficou, assim, a cargo de mulheres "recrutadas". Daqui se depreende que, tanto o homem, como a mulher, foram intensamente explorados pelas concessionárias sisaleiras. Ele, o marido, foi directamente envolvido nos trabalhos de sisal. Ela, a esposa, serviu como elemento minimizador dos gastos que seriam dispendidos na manutenção do funcionamento dessas concessionárias.

<sup>142</sup> André Paulo Majuli, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 18/7/1997.

<sup>143</sup> Sobre esse grupo de *Liguilanilu* veja: Mpalume, op.cit.57; também Yussuf Adam, op.cit.:21

Um outro exemplo é a nomeação de régulos que, no Planalto de Mueda parece ter seguido sempre a via masculina.<sup>144</sup>  
dada aos homens.

Os relatos de informantes confirmam que os régulos eram sempre elementos masculinos. Era nesses régulos que o Estado Colonial se apoiava.

Nas políticas coercivas impostas pelo Estado colonial, tanto o homem, como a mulher foram envolvidos. O mesmo aconteceu no cultivo forçado de algodão. A tarefa de distribuição de terrenos para o cultivo de algodão era da inteira responsabilidade de elementos masculinos. Depois de colheita do produto, quem carregava o algodão para o local de venda era o esposo, sendo, igualmente, ele, quem recebia o dinheiro proveniente da venda do algodão. Isso revela que a mulher não participava na decisão sobre o produto que era cultivado na sua povoação materna. Ao privilegiar homens, oficiais coloniais, na demarcação de terrenos para o cultivo de algodão, cavava-se fosso profundo na distribuição da terra via tios maternos, contribuindo para o enfraquecimento desses chefes "*gentílicos*."

### 3.5. Conclusão

A Conquista colonial do Planalto de Mueda levou a uma transformação profunda, tanto a nível político, económico, bem como social da área. A imposição de culturas forçadas integrou os habitantes do Planalto num espaço económico mais vasto. O Cultivo forçado do algodão constituiu a grande viragem da época na região. A distribuição de terrenos para o cultivo de algodão via oficiais do Estado Colonial em nada jogava com o anterior padrão da distribuição da terra via tios maternos. Deste modo, isso contribuiu para o enfraquecimento do poder desses chefes "*gentílico*".

---

<sup>144</sup> Não fazer confusão com a sucessão via uterina, em que o cargo passava do tio para o sobrinho. Sobre a nomeação de régulos veja Jorge Dias, *os Macondes de Moçambique III: Vida Social e Ritual* (Lisboa, 1970): 305-306

## CAPÍTULO IV

### 4. O PLANALTO DE MUEDA E A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1964-1974

#### *Introdução*

O Planalto de Mueda é, e será sempre, uma fonte de referência para quem queira abordar temas relacionados com a luta armada de libertação nacional, visto que é nas zonas libertadas, situadas na sua maioria nesse Planalto, que a história se desenrolou. Deste modo, não seria exagero se se afirmar que o Planalto constituiu o que se pode designar por Santuário dessa luta, que culminou com a independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975.

Yussuf Adam, referindo-se à Mueda, afirmava que "*... tinha constituído um cenário importante da luta pela Independência de Moçambique.*"<sup>145</sup>

O Presente capítulo aborda a questão de acesso e controle da terra durante o período de vigência da Luta Armada de Libertação Nacional (1964-1974). Tenta-se analisar como é que o início da luta armada, que levou à dispersão dos membros da povoação/ linhagem para outros locais contribuiu para a queda do poder das chefes das povoações (tios maternos), e conseqüente enfraquecimento das funções da linhagem.

---

<sup>145</sup> Yussuf Adam, "Mueda...", ARQUIVO 14 (1993), p. 14

#### 4.1 O início da luta armada e a questão da terra

Com o início da luta armada, a maioria dos habitantes do Planalto, deixaram as suas povoações, procurando locais mais seguros.

Durante o período da luta armada, a população teve que adequar-se às condições impostas pela guerra.

*"Pedia-se terra aos respectivos venevilambo da área de refúgio. Dizia-se: Eu não tenho terra. Sou refugiado, por isso peço terra para cultivar. E o mweneshilambo dava terra para o cultivo."*<sup>146</sup>

Às vezes, as estruturas diziam:

*"Dêiam terra de cultivo à essa pessoa, que vem de longe. Deve cultivar. Quando ela sair há-de deixar esses terrenos."*<sup>147</sup>

Deste modo, o antigo sistema de acesso à terra via linhagem foi, em parte, desorganizado, tendo prevalecido, durante esse período, o sistema de cultivo designado por *Kulima Lipwela*<sup>148</sup>

*"Nós utilizávamos o sistema de cultivo denominado kulima lipwela. Aqueles que saíam de Muidumbe, ou de outras regiões, cultivavam onde tivessem se refugiado."*<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> Jonas Maunde, et. al.: Entrevista, Aldeia Muambula, 3/08/1997

<sup>147</sup> Julieta Ntchalla: Entrevista; Aldeia Mpeme" 29 de Julho de 1997

<sup>148</sup> Em geral, o sistema utilizado em condições de guerra. Consistia em a pessoa ter acesso à terra no local onde se encontrasse refugiada.

<sup>149</sup> Julieta Ntchalla: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997

Durante esse período, os tios maternos<sup>150</sup> não desempenharam, convenientemente, as suas anteriores tarefas.

*O tio materno não distribuiu terra durante esse período. Até acontecia ele pedir terras, ali onde tivesse se refugiado. Pedia terra ao mweneshilambo da área de refúgio. Aí, ele não chefiava. Os que saíssem duma zona como chefes das povoações, ao refugiarem-se numa outra área, pertencentes à outras povoações/ linhagens, pediam terra. Não mandavam na terra dos outros.*"<sup>151</sup>

Outros informantes acrescentaram que:

*"Como é que o tio materno ia distribuir terra, se os seus membros tinham, cada um, se refugiado onde quisesse? A quem ia ele dar a terra?"*<sup>152</sup>

Relatos como estes, saídos daqueles que viveram e fizeram a guerra (antigos combatentes, de ambos os sexos) repetem-se no Planalto de Mueda. As ilações a tirar são várias. O início da luta armada, levou os habitantes do Planalto a adequar-se à novas exigências, quer em termos de vivência, quer no que concerne ao acesso e cultivo da terra. Em muitos casos, as pessoas não viviam em povoações. Aí, nem sempre os que se encontrassem na mesma área eram membros componentes da mesma povoação/ linhagem. Pode-se afirmar, assim, que o período da luta armada fornece dados que apontam para a homogeneização maciça de linhagens.

Os tios maternos, *vanjombamunu* (sing. *njombamunu*) deixaram de desempenhar convenientemente as suas anteriores funções. Nos sítios de refúgio, eles

---

<sup>150</sup> Os que se tinham refugiado noutras regiões.

<sup>151</sup> Mariano Juakimu: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/7/ 1997; Jonas Maúnde, et. al.: Entrevista, Aldeia Muambula, 3/8/1997.

<sup>152</sup> Vicente Uteda, et. al: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997

passaram a estar na situação de igualdade com aqueles a quem distribuíam terra: os seus membros. Mas, por sua vez, os seus membros viram-se, de repente, na situação de "desprotegidos". Os chefes das povoações, cujas áreas não tinham sido duramente atingidas pela guerra, viram o seu poderio aumentado com o maior número de pessoas, que aí pediam refúgio. Deste modo, a questão de distribuição da terra sofreu um desvio. Quem fugisse da sua povoação deixava as respectivas terras de cultivo, passando a contar com as terras pertencentes à outras linhagens. Houve, para esse tipo de grupo de pessoas um corte temporário no que concerne ao acesso à terra em condições favoráveis.

Se se fizer a análise no sentido de que o Planalto terá constituído verdadeiramente o Santuário da luta armada de libertação nacional, então há indícios fortes para acreditar que foram muitos os tios maternos cujo poder ficou fragilizado durante esse período de dez anos.

A estrutura linhageira, cujas funções<sup>153</sup> eram colocar ou deslocar elementos, quer masculinos, quer femininos, terá sido, durante esse período atingida, uma vez que não deve ter desempenhado as suas funções como no período antes da guerra.

Por outro lado, pode-se entender a concessão de terrenos de cultivo aos membros refugiados não como uma ordem, mas sim necessidade, uma vez que a luta exigia a compreensão de todos. O sucesso dessa luta residia, em grande parte, na produção, daí que qualquer habitante do planalto devia produzir para a sua subsistência e a dos guerrilheiros.

---

<sup>153</sup> Faz-se aqui particularmente alusão às regras de residência (os casamentos) que prevaleciam na sociedade maconde, no período antes da luta de libertação.

Esse período de dez anos vai, assim, ser marcado pela "crise", quer no que diz respeito ao poder do tio materno, quer no que se refere à instituição linhageira.

#### *4.2 A situação criada pela guerra, no que diz respeito à instituição linhageira*

A fuga das populações não foi homogénea.

*"Alguns refugiaram-se em Ng'apa; outros em Nangade e até houve quem atravessasse a fronteira para a Tanzânia."*<sup>154</sup>

Os que se tinham refugiado no interior do Planalto, quer nos centros da FRELIMO, quer nos locais independentes, a sua vivência foi de acordo com o local de refúgio,

Uma análise mais aprofundada sugere que durante o período da luta armada teriam, provavelmente, surgido várias situações, de acordo com o lugar em que cada um se encontrasse refugiado. Aqui, apresentam-se várias situações.

A primeira terá, provavelmente, surgido nos casos em que ambos os cônjuges se teriam refugiado na zona em que se encontravam os membros da linhagem do marido. Numa situação dessas, o mais provável era que a mulher, encontrando-se numa terra alheia, tivesse acesso à terra via família do marido. Perdia, a favor do seu marido, a posição que ela detinha enquanto estivesse na sua povoação. Aí, ela era considerada um elemento estranho. Esse facto teria reforçado a posição do homem, em detrimento da mulher. É provável que durante o período dos dez anos, a maioria de mulheres tivesse passado por uma situação idêntica.

---

<sup>154</sup> Januário Ambrósio Ngandau: Entrevista, aldeia Mpeme, 29/07/1997

A segunda situação seria ao contrário. Nesses casos, a mulher, embora não contasse muito com a forte presença do guardião da linhagem, mantinha a sua posição de irmã e sobrinha dos membros da sua linhagem. Aqui, o homem é que se achava na posição de estranho. essa situação em relação à anterior, não teria modificado consideravelmente a posição da mulher, entanto que irmã e sobrinha da linhagem. Contudo, a mulher, mesmo estando entre os seus familiares, não deixava de se sentir "desenraizada" do seu habitual meio: a sua povoação.

O período da luta armada fornece, por outro lado, elementos que revelam que houve pessoas que tiveram terras "neutras."<sup>155</sup>

*Antes da guerra iniciar, eu vivia em Muatide,<sup>156</sup> onde tinha as minhas terras. quando iniciou, refugiei-me em Nampanha,<sup>157</sup> na minha linhagem onde esperava ter terras para o cultivo. Quando lá cheguei- e porque tinha passado a maior parte do tempo em Muatide- encontrei as terras ocupadas por outros membros da linhagem. Não fiz mais nada senão pedir empréstimo de terras, como faziam os demais. Terminada a guerra, essas terras passaram para mim. São minhas. Lá está o meu filho a cultivar<sup>158</sup>.*

Analisada a questão, pode-se afirmar que é provável que situações como esta se tenha verificado com outras pessoas. A passagem revela, também, os conflitos sobre as terras, opondo, por um lado, os sobrinhos da linhagem, e por outro, os filhos

---

<sup>155</sup> Terras não da linhagem e nem do lado do pai.

<sup>156</sup> Antigo povoado de Nkapoka

<sup>157</sup> Antigo povoado de Ntchingama.

<sup>158</sup> Pedro Ntumi: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/8 1997.

O informante referiu, ainda, que quando a guerra terminou, os seus sobrinhos uterinos, achando-se no direito de usufruir das terras do tio, quiseram desalojar o seu filho dessas terras. Ele replicou dizendo que não podia admitir isso porque as terras não tinham sido conseguidas via linhagem, sendo, por isso pertença do seu filho.

desta. Se, para alguns o acesso à terra foi por essa via, é de acreditar que há muitos sobrinhos que não fazem o usufruto do recurso terra via tios maternos. Essa situação pode explicar, em parte, o uso da terra pelos filhos e não sobrinhos da linhagem. Por outro lado, é provável que um considerável número de habitantes locais que actualmente possuem os seus terrenos de cultivo, quer na zona alta, quer nos baixios, tenham conseguido esses terrenos por essa via. Deste modo, pode-se considerar que o início da luta armada contribuiu, em grande medida, para a desintegração de instituição linhageira, com particular destaque para o papel do tio materno.

A vivência em moldes colectivos prevaleceu durante a luta armada. A produção foi organizada de acordo com as condições impostas pela guerra, com duas vertentes: *"... encher os celeiros do exército, dos postos de saúde e escolas, e o outro era o que a família produzia para seu consumo"*<sup>159</sup>.

Paralelamente, surgiram estruturas organizacionais: os comités, que se dividiam em comités dos cinco e dos sete<sup>160</sup>.

A organização política e económica prevalecentes durante o período da luta, nas chamadas zonas libertadas, nada tinha de comum com o anterior padrão de distribuição da terra via tio materno. Esse novo modo de vida significava preterir o papel do tio materno na questão de acesso à terra. Não jogando com a anterior política de distribuição de terra via tios maternos, esse novo padrão contribuía para a fragilização do poder dos guardiões das linhagens. A ida dos homens nas frentes de

---

<sup>159</sup> Yussuf Adam, " Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento" / in: ARQUIVO, 14, p. 36

<sup>160</sup> Para mais detalhes, consulte: Yussuf Adam, op.cit.37

combate parece não ter significado a gestão do recurso terra pela mulher, através dos seus guardiões das linhagens, em condições favoráveis.

Essa situação revela que, mesmo a política de emancipação da mulher preconizada pela FRELIMO não deve ter constituído um meio de afirmação da mulher após o início de perda de poder pelos seus guardiões de linhagens.

#### *4.3 Conclusão*

O início da luta armada levou ao abandono da população do Planalto das suas povoações para locais seguros. Durante o período dos dez anos, essa população teve que adequar-se às condições impostas pela guerra. A inexistência, em muitos casos, dos guardiões das linhagens, que anteriormente distribuíam terras em condições favoráveis, a dispersão da população das suas povoações, a política de produção e organização colectivas, preconizadas pela FRELIMO, o padrão de distribuição de terras introduzido nos centros da FRELIMO, que não jogava com o da via tios maternos, o usufruto da terra via terras " neutras", são factores que, durante o período da luta armada pesaram em grande medida, para a fragilização do poder dos tios maternos, na matéria relativa à terra. Sob esse ponto de vista, pode-se considerar que a sociedade maconde saída da luta armada era uma sociedade em "crise" de papel dos respectivos guardiões das linhagens.

## CAPÍTULO V:

### 5. O PERÍODO PÓS- INDEPENDÊNCIA NA SOCIEDADE MACONDE DO PLANALTO DE MUEDA: DE 1975 À ACTUALIDADE

#### *Introdução*

Constitui objectivo deste capítulo, a análise do período pós-independência na sociedade maconde do Planalto de Mueda. Pretende, particularmente, identificar as causas das alterações surgidas a partir de 1975 na região. O que é que significou a introdução de política de aldeias comunais. Faz-se, por outro lado, a abordagem da questão de acesso à terra na fase actual. Especificamente, pretende-se saber quem é que, no contexto de Género, faz a gestão de recurso terra.

#### *5.1 O Surgimento de aldeias comunais: sua contextualização*

A guerra contra o colonialismo português levou a FRELIMO a traçar estratégias tendentes, não só a proteger a população dos ataques inimigos, mas também de organização de produção em moldes colectivos, pois que uma das preocupações da FRELIMO era como produzir em condições de guerra. Essa produção visava, essencialmente, a subsistência tanto da população como dos guerrilheiros. Durante a luta armada, tanto a produção como a organização da população eram orientadas no sentido de fazer face à situação imposta pela guerra.

O surgimento de ideia de aldeias comunais parece ter a sua origem na experiência vivida nas chamadas Zonas Libertadas,<sup>161</sup> durante a luta armada de libertação nacional, pois que para a FRELIMO, essas tinham constituído um modelo, não só em termos de organização mas, sobretudo como exemplo na produção colectiva. Tratava-se, assim, de reeditar o passado, cuja diferença com o presente residia no contexto temporal de sua realização.

Politicamente, a FRELIMO, vê a aldeia comunal como:

*O Instrumento para a materialização do poder dos trabalhadores ao nível das instituições administrativas, das estruturas de Defesa, Produção, Comércio, Educação, Cultura, Saúde, em suma, de todos os sectores da vida social. As aldeias são este instrumento político porque nos unem e organizam e assim habilitam-nos a exercer efectivamente o poder conquistado. Devemos saber que dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder.*<sup>162</sup>

A nível económico, a FRELIMO preconiza que:

*A aldeia comunal constitui a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo. É na aldeia comunal onde congregamos o esforço colectivo de produção das massas camponesas, onde pela vida colectiva o povo organizado liberta a sua imensa iniciativa criadora.*<sup>163</sup>

É no Seminário de Marrupa, que Samora Machel refere que:

---

<sup>161</sup> Sobre o conceito Zonas Libertadas, consulte FRELIMO, Rumo ao Socialismo. 3º Congresso. 3 a 7 de Fevereiro de 1977. Maputo, Moçambique, p.21

<sup>162</sup> FRELIMO, Documentos da 8ª Sessão do Comité Central.- Maputo, 11 a 27 de Fevereiro de 1976, p. 81

<sup>163</sup> FRELIMO, Documentos da 8ª Sessão do Comité Central.- Maputo, 11 a 27 de Fevereiro de 1976, p. 81

"...é necessário discutir com as populações, inspirarmo-nos na experiência das Zonas Libertadas e encontrar-se lugares com boa terra e água..."<sup>164</sup>

Como se pode depreender, é no contexto desse Seminário, que se esboça a nova forma de organizar a população no período pós-independência.

Mas o termo, em si, toma forma em Junho de 1975 quando Samora Machel o pronuncia oficialmente, na tomada de posse como Presidente da República Popular de Moçambique.<sup>165</sup>

No seu artigo, Casal<sup>166</sup> analisa as condições, critérios e pressupostos ideológicos que estiveram na origem da concepção do modelo sócio-espacial das aldeias comunais, como uma das componentes essenciais do desenvolvimento rural em Moçambique. Segundo ele, sob o ponto de vista ideológico, o período que vai desde a luta armada à independência, revelou-se crucial na medida em que foi preparando terreno, contribuindo assim, como o principal suporte legitimador para a fase posterior- pós-independência. Ele chama a atenção para o facto de se ter verificado, nesse período, a total rejeição da chamada estrutura tradicional, sem excepção. "*Tradição e Colonialismo*" são levados em simultâneo ao banco dos réus e

---

<sup>164</sup> ANÓNIMO, Algumas considerações sobre o problema do sector em Cabo Delgado (Restrito).- Pemba: Julho de 1979, p.3  
Estabelece-se, assim a analogia entre o que tinham sido as Zonas Libertadas durante o período da luta armada e o que é que se esperava das aldeias comunais para a nova sociedade que se pretendia construir, e particularmente para a Revolução Moçambicana:  
" Assim como as Zonas Libertadas serviram para alimentar a guerra popular até à vitória final contra o colonialismo português, também as aldeias comunais serão a base do desenvolvimento da nossa sociedade e o instrumento eficaz para o triunfo e consolidação da Revolução Moçambicana, para o fortalecimento da aliança operário-camponesa no nosso País." ( FRELIMO, Documentos da 8ª Sessão do Comité Central. Maputo, 11 a 27 de Fevereiro de 1976)

<sup>165</sup> Adolfo Yanez Casal, " Discurso Socialista e camponeses Africanos: Legitimação Política- Ideológica da Socialização Rural em Moçambique ( FRELIMO, 1965-1984)" / In: Revista Internacionnal de Estudos Africanos, 14/15, 1991, p.50

<sup>166</sup> Adolfo Y. Casal, " Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Política- Ideológica da Socialização Rural em Moçambique ( FRELIMO, 1965-1984)" / in: Revista Internacionnal de Estudos Africanos 14/ 15.// Jill R. Dias, dir., Lisboa: Instituto de Investigação Tropical ( Centro de Estudos Africanos e Asiáticos), 1991, p.35

atacados com a mesma violência,<sup>167</sup> pois que o ideário da FRELIMO é a construção de uma nova sociedade.

É nessa sociedade, "*destradicionalizada e descolonizada*" que a FRELIMO pretende formar o "*seu*" HOMEM NOVO.

O factor dispersão é, colocado em evidência pela FRELIMO:

*"A maior parte da nossa população vive no campo, de forma dispersa. A sua organização em Aldeias Comunais, é uma exigência fundamental do desenvolvimento económico."*<sup>168</sup>

É neste contexto que começam a surgir novas unidades espaciais de povoamento.

Contudo, algumas tendências negativas desse projecto começaram a desenhar-se.

Araújo observa que

*..alguns dos princípios definidos, para não dizer a grande maioria, foram, desde logo, marginalizados. As aldeias, na sua grande maioria surgem apenas como concentração da população em locais onde as famílias ficavam afastadas da sua anterior unidade residencial- produtiva, sem encontrarem uma substituição adequada; A produção cooperativa, iniciada após a aglomeração da população, surgia de forma artificial e forçada, pouco organizada, o que resultava em produções e produtividades muito baixas; Os membros das cooperativas assim criadas não viam os benefícios do seu*

---

<sup>167</sup> Casal, op.cit.: 36

<sup>168</sup> DIRECTIVAS ECONÓMICAS E SOCIAIS.( Documentos do 3º Congresso da FRELIMO).- Publicação do Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, s/d, p.22

*trabalho, o que os levava a abandoná-las; Muitas das aldeias surgidas neste processo nunca chegaram a implementar qualquer forma de produção colectiva. Criaram-se contradições entre o espaço de produção colectiva e o familiar...*<sup>169</sup>

Casal, por sua vez, nota que:

*A planificação das aldeias comunais esteve alheia às estruturas sócio-espaciais do habitat disperso tradicional, passou por cima de uma ordem ainda vigente, desencadeando conflitos e tensões que o próprio Partido e a Administração foram incapazes de resolver.*<sup>170</sup>

As passagens revelam que, desde cedo, o programa previamente concebido, continha erros e falta de observância em alguns aspectos julgados pertinentes.

Se, por um lado, a mobilização era feita segundo a persuasão, por outro, houve casos de verdadeiro "vandalismo" para forçar a população a abandonar os seus anteriores locais de habitação, para os novos, o que, provavelmente, teria levado os camponeses a recordar as formas abusiva e brutal de actuação dos oficiais coloniais (os régulos e seus afins).

Mas a questão pertinente que subsiste é saber se, de facto, a política de estabelecimento das aldeias comunais, preconizada pela FRELIMO, na época, teria ou não satisfeitos os ideais porque fora concebido.

---

<sup>169</sup> Manuel G. M. de Araújo, O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo- Tese de Doutoramento- (Lisboa, 1988):185

<sup>170</sup> Adolfo Yañez Casal, Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comunais de Moçambique (Lisboa, 1995): 141

Araújo<sup>171</sup> sugere que a fraqueza era inevitável, se se avaliar a rapidez com que os factos foram postos em acção, superando em grande medida as capacidades planificativa e organizacional, no período pós-Seminário de Marrupa. A isso acrescenta-se à má interpretação de princípios orientadores que nortearam a concepção desse projecto. Por outro lado, o sucesso, quer da produção colectiva, quer da vivência organizada, nas Zonas Libertadas, era aplicável somente nas condições da guerra, pois que esse contexto era totalmente diferente do do período pós-independência.

Analisando a concepção de política de aldeias comunais, pode-se afirmar que a ideia não era, em si, má. A fraqueza talvez residisse na falta de observância de certos princípios que nortearam a concepção do projecto, o zelo em "*demasia*" com que esses princípios eram executados, em alguns casos, e a obrigatoriedade usada em outros casos, fez com que o projecto tivesse- provavelmente- terminado sem dar o que dele se esperava.

*A aldeia começou em 77. Uma vez foi feita uma reunião onde eu fui eleito Secretário da zona. Fiquei com a orientação de construir a aldeia.*

*'Como'?*

*'Façam !'*

*Como era obrigação decidimos começar a construir.*<sup>172</sup>

Analisadas no contexto actual, as aldeias comunais não passam de locais de concentração populacional, com cada membro aí residente defendendo os seus

---

<sup>171</sup> Araújo, op.cit.

<sup>172</sup> Isabel Raposo, *O Viver de Hoje e de Ontem: Aldeia e Musha* (Maputo, 1991):15

interesses,<sup>173</sup> pois que de "comum", quase que não restam muitos vestígios. As transformações operadas com a introdução de economia de mercado no país fizeram com que as aldeias comunais se adequassem às circunstâncias.<sup>174</sup>

Em muitos casos, a produção é mais familiar que colectiva, o que significa que a produção em moldes colectivos deixou de ter peso. Os desvios<sup>175</sup> e o encaminhamento pouco claro dos resultados de trabalho parece terem sido as causas de desmotivação dos camponeses em prosseguir com o trabalho em moldes colectivos.

*- Chegou brigada vinda do distrito para dizer que temos de fazer aldeia e machamba colectiva. Começou pela machamba colectiva em 1977. A machamba colectiva era para toda a gente [...]. só produziram 1 ano. Utilizou-se o dinheiro para festa de aniversário da FRELIMO. O povo achou que não valia a pena e desistiu.<sup>176</sup>*

Por outro lado, as aldeias comunais vão-se adaptando às transformações políticas que se verificam no país. A introdução do sistema multipartidário,<sup>177</sup> fez do

---

<sup>173</sup> Essa situação é particularmente notória nas aldeias do Planalto de Mueda.

<sup>174</sup> São visíveis, nas aldeias do Planalto de Mueda, os efeitos do Programa de Reajustamento Estrutural, particularmente a prática do comércio não formal, o que sugere que essa não é uma sociedade estática, ou fechada em si, pois que sofre as transformações vindas do exterior para o "seu" interior.

<sup>175</sup> Foi referido, no Planalto, que os aldeões produziam nas cooperativas, mas no fim não viam o dinheiro proveniente da venda dos produtos. Essa situação foi notória nos primeiros anos de implementação de política de *machambas* colectivas. Isso teria levado os camponeses locais a abandonarem o cultivo em comum.

<sup>176</sup> Isabel Raposo, *O Viver de Hoje e de Ontem: Aldeia e Musha* (Maputo, 1991):14

<sup>177</sup> Que começou a vigorar a partir de 30 de Novembro de 1990. Para mais, consulte a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1990.

campo, e particularmente das aldeias comunais, o centro de cruzamento de correntes partidárias.<sup>178</sup>

### *5.2 A Sociedade maconde do planalto de mueda: da vivência em povoações às aldeias comunais*

O fim da luta armada significou, para os macondes, o retorno, às origens-*madembe*<sup>179</sup>, onde tinham as suas árvores, os seus antepassados e, sobretudo, as suas terras de cultivo.

Durante um período de dez anos, muitos tinham vivido na situação de refugiados, em territórios alheios, adequando-se às condições impostas pela guerra. Esses, tinham-se tornado dependentes em termos de acesso à terra. Houve, assim, para muitos, o desenraizamento em relação ao seu habitual contexto de acesso à terra.

A política frelimista de aldeias comunais constituiu, em si, a primeira grande alteração que se verificou na sociedade maconde no período pós-independência. A nova vivência em aldeias comunais significou o fim da vivência em povoações. Essa política, se for analisada no contexto de sua concepção pela FRELIMO pode-se dizer que foi positiva, na medida em que permitiu que houvesse a coexistência entre os camponeses, independentemente da sua origem, dentro do Planalto, ou fora deste.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup> Pois que há, aí, a coabitação de Partidos, desde a Frelimo, Renamo, e outros, dependendo de simpatia de cada componente de aldeia em relação à este ou aquele partido. No Planalto de Mueda, para além da Frelimo há os membros da Renamo.

<sup>179</sup> Lidembe, sing. Os macondes usam essa terminologia para designar os locais onde se situavam as suas povoações.

<sup>180</sup> Juntou elementos vindos de Mueda, Muidumbe, Nangade, Macomia, Mocimboa da Praia, até os vizinhos macuas.

"A FRELIMO fez bem em juntar-nos para dar escolas, hospitais, água."<sup>181</sup>

O reconhecimento dos habitantes do Planalto de Mueda à FRELIMO é, por vezes, expressa em canções:

*"MmaBaba/ Ukodi<sup>182</sup> wamushilipa/ MmaMama/ Utumwa wo wakala/  
Ashipali shamupatile/ Lombolela/ Lombolela FRELIMO/ Inditumya mutumwa/  
Wakala.* <sup>183</sup>

Se a sua análise cingir-se no contexto da organização linhageira, pode-se afirmar que essa política contribuiu para a fragilização, quer de instituição linhageira, quer do papel dos tios maternos, uma vez que não teve em conta que essa sociedade era regida por determinados princípios que constituíam a base do seu sustentáculo. Os antigos chefes das povoações, que tinham tido papel preponderante na manutenção de ordem<sup>184</sup> nas suas povoações e que lidavam directamente com as questões ligadas à terra (o acesso e a gestão desse recurso) foram preteridos.<sup>185</sup>

*A partir de agora vamos todos viver juntos. Em primeiro lugar deve-se abandonar a prática de " Unjomba"<sup>186</sup>. Do Rovuma ao Maputo,nós é que*

<sup>181</sup> Essas são, em geral, as opiniões de habitantes do Planalto de Mueda. Isso revela que a ideia de socialização rural foi, aí, favoravelmente acolhida. Mas, o ponto negativo, segundo eles, reside na questão de água- que leva as mulheres locais a percorrer grandes distâncias à busca desse líquido - problema com o qual os macondes do Planalto coabitam, no seu dia-a-dia. " Porquê é que a Frelimo montou os tanques nos centros de aldeias ? Era só para ornamentar?" - questionam eles. Esse problema tende a tomar, por vezes, contornos políticos: " Nas próximas eleições não votaremos!" Era assim que em algumas entrevistas colectivas, os informantes mostravam o seu desgosto por uma questão que se arrasta há anos, e para o qual a solução parece não estar para breve. Esse tipo de discurso não só revela quão é desgastante a questão de água no Planalto, como também tende a chamar a atenção para a sua seriedade.

<sup>182</sup> *Ukodi*, imposto em XiMaconde. Palavra que provém do Swahili *Kodi*. Os falantes de Swahili dizem: *Kulipa Kodi*- pagar ( pagamento de) imposto. O termo originário em XiMaconde para imposto é *Nichoko* ( ou *Nichokve*)

<sup>183</sup> *Papás*, o imposto que pagavam / *Mamãs*, com a Humilhação/ *Opressão*/ *Nada ganharam* / *Por isso*/ *Agradeçam a FRELIMO*/ *Por nos ter liberto da Opressão*/ *Humilhação*.

<sup>184</sup> Consulte o capítulo II sobre a questão de delimitação de fronteiras, na sociedade maconde do período pré-colonial

<sup>185</sup> E, se, entre os antigos chefes das povoações, alguém fosse escolhido não era por que ele fizera parte da hierarquia dos ex- chefes das povoações. Crê-se que era nomeado por merecer a confiança dos seus compatriotas.

<sup>186</sup> A vivência com o tio materno.

*estamos a governar. Os brancos- não macondes- são aqueles que foram embora. Os casamentos vão continuar, mas vamos utilizar dinheiro.*<sup>187</sup>

A passagem revela que tanto a instituição linhageira como o papel do tio materno não tinham lugar na nova sociedade que a FRELIMO pretendia construir.

O postulado na Constituição de 1975<sup>188</sup>, dava a liberdade a qualquer cidadão moçambicano de fazer o uso e aproveitamento da terra, onde quisesse e segundo as suas capacidades produtivas. No Planalto de Mueda, o preconizado na então Constituição, referente à terra, teve um impacto especial. É que começava a esboçar-se o início de uma coabitação difícil, entre, por um lado, o uso da terra tendo em conta a lei estatal, e por outro, o uso da terra seguindo os valores costumeiros aí vigentes. Essa é a outra alteração que se verificou, no período pós-independência, na sociedade maconde.

A difícil coexistência entre os dois sistemas de uso de terra, o Estatal e o costumeiro foi, referida pelas estruturas locais de Agricultura:

*Os camponeses sabem que a Constituição reza que a terra é propriedade estatal, mas o hábito de linhagem prevalece até hoje. Eles argumentam, sempre, que a terra é dos seus antepassados. Deste modo, é impossível aplicar o preconizado na Constituição, no que se refere à terra, no Planalto. Aqui usa-se o consenso.*<sup>189</sup>

---

<sup>187</sup> Amado Namakoma, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/08/1997

<sup>188</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei da Nacionalidade e Constituição do Primeiro Governo.-4ª edição.- Maputo: Imprensa Nacional, 1975.  
No seu artigo 8º, página 5, a Constituição de 1975 preconizava que: " A terra e os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique são propriedade do Estado. O Estado determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso."

<sup>189</sup> Faustino Anajambula: Entrevista. Direcção Distrital de Agricultura de Mueda. Mueda-Sede: 31/ 07/1997.

Deste modo, as estruturas locais, quer no contexto das aldeias, quer a nível de Agricultura, intervém mais no sentido de calar os contendores e não para fazer valer a sua autoridade, pois que a referência aos antepassados é, sempre presente, quando se trata de justificar a posse da terra.

Para a população do Planalto, a lei estatal<sup>190</sup>, ligada às questões da terra, que acabava de ser promulgada, era contrária aos valores costumeiros de uso da terra aí vigentes:

*Quando as pessoas tentavam ir às suas terras - dadas pelo tio materno - deparavam-se com muitas dificuldades. Começaram a surgir problemas com o postulado segundo o qual a terra é "de ninguém".<sup>191</sup> Mas, onde é que eu hei-de cultivar, se esta terra é minha? Se eu não fui a lado nenhum, como é que dizem que estes terrenos não têm dono? Quando as estruturas afirmam que a terra não tem dono estão a dizer a verdade? Esta terra quem deixou é o meu tio; a mangueira quem deixou é o meu tio. E, como é que depois vem alguém dizer que a terra não tem dono?<sup>192</sup>*

---

Isso quer dizer que quem quiser entrar nas terras de uma dada linhagem "socorrendo"-se da lei estatal fica sujeito a não fazer o devido usufruto da terra.

<sup>190</sup> Segundo a Constituição de 1975

<sup>191</sup> Que a terra é propriedade estatal.

<sup>192</sup> Amado Namakoma, et. al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/08/1997

Nesta entrevista colectiva, os informantes afirmaram que a lei estatal é positiva se for aplicada nas chamadas terras-sem ninguém-em maconde dilanga ( ilanga, sing.)- que segundo eles seriam terras em que não existem as parcelas-mães. Isso significa que nem todas as terras são alvo de defesa por parte dos macondes. Só a parcela- mãe é que é vista como o bem social da linhagem. Aliás, algumas das aldeias que surgem situam-se nas terras de ninguém, onde os "novos" habitantes conseguem terras de cultivo, sem que alguém vá para lá tirá-los desses locais.

Na passagem, é notório o choque da introdução da lei estatal de uso da terra numa sociedade que, durante gerações, serviu-se da lei costumeira para o acesso e gestão desse recurso.

ou, ainda:

*A Frelimo fez bem em libertar-nos. Mas onde reside o ponto negativo é no facto de ter dito que toda a terra é do povo. Como é que a terra de uma determinada linhagem deve fazer parte de propriedade do povo?. Aqui no Planalto, não é possível alguém, estranho, sair de uma aldeia como em Muatide, pegar numa catana e ir destroncar na terra doutra linhagem, noutra aldeia.*<sup>193</sup>

A passagem revela que a sociedade maconde continua a servir-se dos seus valores costumeiros- baseados na linhagem- para fazer valer a sua autoridade sobre a terra. Assim, pode-se dizer que a terra é considerada, um bem social e factor de coesão entre os membros da linhagem<sup>194</sup>, e é deste modo que a defesa à terra dos antepassados é sempre posta em evidência:

*Ainda este ano, um filho, às escondidas, tentou vender os terrenos de cultivo do seu falecido pai a um elemento estranho à linhagem. 'Nós dissemos ao*

---

<sup>193</sup> Mário Mulula Katuma, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/ 07/1997; Também: Pedro Ntumi: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/08/ 1997

Os outros informantes também evidenciaram a questão segundo a qual, a nível local, a terra continua propriedade da linhagem. Um elemento estranho à uma dada linhagem só pode cultivar na parcela-mãe de outra linhagem em caso de autorização. Caso não peça é considerado " intruso" e levado às estruturas competentes - da aldeia- para responder pelos seus actos. Muitos dos conflitos que surgem, no Planalto, relacionados com a terra, tem a sua origem na entrada " ilegal" de uns nas parcelas-mães de outras linhagens.

<sup>194</sup> Já que as povoações não fazem parte da vivência dos macondes.

*comprador: vamos devolver o teu dinheiro, porque queremos a nossa terra de volta. Se fosse empréstimo, nós deixaríamos* <sup>195</sup>

A passagem revela que a terra é considerada o bem social da linhagem. A outra questão pertinente que transparece na passagem é a venda de terras que, igualmente, foi reportada na aldeia Muatide.

*"Aqui acontecem alguns casos de venda de terras. Os que têm dinheiro, os bem posicionados, compram terras. Os desprovidos de dinheiro é que não compram terras."* <sup>196</sup>

Dessa passagem, depreende-se que, embora não sejam casos generalizantes, começam a surgir, no Planalto de Mueda, sinais de venda de terras, envolvendo os habitantes locais. Provavelmente, essa é a consequência de, por um lado, considerar a terra como propriedade "*privada*" da linhagem, e por outro, não reconhecer a lei estatal, que regula o uso e aproveitamento da terra. <sup>197</sup>

A maioria da população estimada para o Planalto vive em aldeias comunais, <sup>198</sup> cujo o surgimento explica-se, não só pela maior concentração

---

<sup>195</sup> Marcelo Paulo, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/7/1997

Nessa entrevista colectiva, os informantes referiram que se fosse possível comprar a sua parcela-mãe, eles o fariam sem hesitação. Essa seria a melhor maneira de defendê-la. Isso revela que, embora cada um tenha os seus campos de cultivo no contexto da chamada parcela-mãe, persiste, ainda, o considerar a terra como o bem social da linhagem. Mas, por outro lado, sendo uma população que depende, em larga medida, do recurso terra, defender a terra dos antepassados é, antes de mais, uma defesa ao pedaço de terra que cada um cultiva para a subsistência do respectivo agregado familiar.

<sup>196</sup> Entrevista colectiva. Conduzida pela autora da Tese. Aldeia Muatide: 12 de Agosto de 1997.

Os informantes referiram que dois dos casos deram-se nas zonas baixas, sendo o terceiro na zona alta. Os primeiros dois envolveram dois homens, e o último, uma mulher.

<sup>197</sup> Em muitos casos, os informantes não faziam alusão à questão de venda de terras. Noutros, limitavam-se a dizer que "Aqui não há casos de venda de terras."

<sup>198</sup> Actualmente, o Planalto possui 111 aldeias comunais. Informação recolhida pela autora da Tese na Direcção Distrital de Agricultura e Pescas de Mueda. Sector de Extensão Rural. Informação fornecida por Eduardo João Chimang'ande (supervisor de Extensão Rural). Mueda-Sede, 31 de Julho de 1997.

populacional, como também à procura de melhores terras de cultivo. s condições históricas e ecológicas do Planalto permitiram que as populações ficassem nessas áreas, reproduzindo-se de forma rápida, surgindo, assim, uma alta relação homem-terra.<sup>199</sup>

Essa questão vai trazer consigo o problema de exploração intensiva dos recursos, incluindo a terra, se se considerar que a reprodução humana processa-se num ritmo acelerado.<sup>200</sup>

Deste modo, a concentração populacional, aliada à exaustão dos solos nas proximidades das aldeias leva a que uns procurem fixar-se noutros pontos do Planalto.

### *5.3 A Fase actual*

#### **5.3.1 A Questão de acesso e controle da terra pela mulher no contexto de relações de género**

A revisão de literatura<sup>201</sup> mostra que, apesar de a mulher ser o principal produtor e gestor do alimento, a nível do contexto familiar, carece, ainda, de direitos sobre os recursos, incluindo a terra.

No passado, a gestão da terra estava a cargo dos respectivos guardiões das linhagens, tios maternos. A mulher, fazia o usufruto do recurso terra principalmente por via do seu irmão e tio materno.

---

<sup>199</sup> MINISTÉRIO DE AGRICULTURA. Cooperação Suíça/ Moçambicana ( Projecto FO9)- Desenvolvimento de Mueda. Plano a médio e longo prazos de desenvolvimento de Mueda. S/d, p.4

<sup>200</sup> O Planalto, sendo uma área geográfica limitada pressupõe-se que os seus recursos, incluindo a terra, sejam, também, limitados.

<sup>201</sup> Veja, por exemplo, Ruth Meena, Conceptual and Theoretical Issues..., 1992, p.13

Actualmente, a alocação e gestão da terra continuam, e tal como no passado, os assuntos ligados à terra são da inteira responsabilidade de indivíduos masculinos. Contudo, é preciso compreender que quem a alocação desse recurso não se processa em moldes do passado. O conceito de tio-materno, caracterizando o guardião dos membros da linhagem e distribuidor de terras, parece não ter peso, na actual sociedade maconde. Os tios maternos actuais são os que conhecem as delimitações de fronteiras das parcelas-mães das respectivas linhagens, onde os membros que fazem parte da mesma linhagem têm os seus terrenos de cultivo. Os mais novos recorrem a eles para se informar da questão de delimitação de fronteiras. Os terrenos de cultivo situam-se nas parcelas-mães do passado. Com o tempo, os direitos foram passando, de tios para sobrinhos, ou filhos. A fragilização do poder do tio materno conferiu ao homem, esposo, poderes de alocação de terras. Essa situação agrava-se com a prevalência de casamentos com compensação, onde a mulher se desloca da sua aldeia para a do marido.<sup>202</sup>

A situação por que passam as regras de casamento é bem documentada na seguinte passagem de música de *Nangundu*.

---

<sup>202</sup> Em Mpeme, alguns anciãos, de ambos os sexos, afirmaram que no local onde actualmente se encontra a aldeia, situavam as suas antigas povoações, com as respectivas parcelas-mães. Deste modo, eles foram obrigados a procurar terras de cultivo nas proximidades de aldeia, ou noutras áreas adjacentes.

Um exemplo elucidativo por que a mulher tem passado, como consequência do fim da vivência em povoações é o seguinte: em Matambalale, uma anciã, com dois filhos, referiu não ser dessa aldeia. Ela é proveniente de aldeia Muambula, onde se situava a sua povoação e a respectiva parcela-mãe. A construção de aldeia de Muambula "roubou" a parcela mãe dos membros de linhagens em que a anciã faz parte. Como resultado, os outros membros da linhagem tiveram que migrar, uns para as baixas, numa região designada por Malangonha, à procura de terra, e outros tiveram que se adequar à sua maneira. Ela, como estivesse casada com homem de fora - originário de aldeia onde se encontra actualmente - não teve muitos problemas no acesso à terra, pois que era feito via casamento. Contudo, os anos passaram e o contrato terminou. Deste modo, ela não podia voltar para a sua aldeia, Muambula, porque lá não tem terras. Optou por ficar na mesma aldeia onde sempre viveu enquanto casada, com os seus filhos. Actualmente, ela e os seus dois filhos vivem de empréstimo de terras, pois que depois de divórcio, o marido retirou-lhe os bens, incluindo a terra. Este é o drama que, apesar de não se pretender aqui fazer uma generalização, algumas mulheres vivem, no Planalto.

*"Kala na kala/ Mwana wa njomba/Usinchema kuva ndyao/ Kanji maduvano/  
Mwana wa njomba/ Unchema numbuo."*<sup>203</sup>

A passagem seguinte mostra que, tal como no passado, a gestão do recurso terra é assunto de indivíduos de sexo masculino.

*"Quando os meus filhos vierem e perguntar: ' Onde é que devemos cultivar, eu é que hei-de dividir a terra e não a mulher'. A mulher não tem ordem de mandar. A mulher manda?"*<sup>204</sup>

São vários os casos dramáticos reportados pelas próprias mulheres:

*"Quando nos separamos, o meu marido arrancou-me todas as machambas, argumentando que eram todas dele. Arrancou-me tudo porque eu ' trabalhava em casa dele."*<sup>205</sup> *Você estava na prisão, como é que quer levar as coisas?"*<sup>206</sup>

Outras referiram que:

*"Às vezes, os homens perguntam: ' Essa terra é do teu tio? Então, se ele morreu, foi com as terras dele. Você aqui não tem terras."*<sup>207</sup>

A situação revela que estão a fazer falta, na sociedade maconde, os guardiões da linhagem, que eram protectores das mulheres- irmãs e sobrinhas- e que os homens aproveitam-se desse facto para impor o seu poderio sobre elas. A terra surge, assim,

---

<sup>203</sup> No passado/ Consideravas a filha/ Do teu tio materno como esposa/ Mas nesses dias( actualmente)/ Chamas de irmã/ A filha do tio materno.  
Essa passagem de música é da autoria de Nangundu, músico maconde que, igualmente, canta em XiMaconde.

<sup>204</sup> Entrevista colectiva. Conduzida pela autora da Tese. Aldeia Muatide: 12 de Agosto de 1997

<sup>205</sup> Nas terras dele.

<sup>206</sup> Augusta Rachide: Entrevista, Aldeia Muatide, 4/08/1997

<sup>207</sup> Catarina Ntumwa, et. al.: Aldeia Matambalale, 7/08/1997

Numa entrevista colectiva na aldeia Matambalale, as mulheres afirmaram que quando há divórcio, o homem arranca tudo ( utensílios domésticos, vestuário, produtos da colheita) até terrenos de cultivo, porque ela estava a trabalhar para ele.

como um meio através do qual os homens- porque detêm o poder de gestão desse recurso- afirmam-se poderosamente sobre o sexo oposto.

Construção de aldeias comunais em locais em que anteriormente se situavam algumas parcelas- mães, colocou, os membros dessas parcelas, e particularmente a mulheres, na condição de "*pedintes*", que em muitos casos superam a "*crise*" recorrendo à membros de outras linhagens, através do chamado sistema de empréstimo de terra.

#### *5.4 Conclusão*

A política de aldeias comunais teve, no Planalto de Mueda, pontos considerados positivos, mas também, os vistos pela população local como negativos. Nos primeiros louva-se a ideia de vivência em moldes colectivos, que permitiu à confraternização entre diferentes membros de linhagem. Nos segundos, realça-se a questão da falta de água canalizada como sendo o maior problema com que a população da área se depara. O postulado na Constituição de 1975 sobre a terra que preconiza a propriedade colectiva desse recurso não se coaduna com o sistema costumeiro de uso e gestão da terra aí vigente, tornando difícil a coexistência entre os dois sistemas de uso da terra. O privilégio dado às novas estruturas administrativas montadas nas aldeias, em detrimento dos guardiões das linhagens que antes distribuíam terra fragilizou ainda mais a instituição linhageira. Essa situação marginalizou sobretudo a mulher, pois que o tio materno era sustentáculo em que ela se apoiava.

## CAPITULO VI

### *6.1 CONCLUSÃO GERAL*

Este trabalho debruçou-se sobre os mecanismos de acesso à terra pela mulher, no contexto de relações de género, na sociedade maconde do Planalto de Mueda.

A presença do guardião da linhagem, era a garantia para a mulher usufruir do recurso terra em condições favoráveis. Nessa sociedade, embora a mulher não governasse, ela mantinha uma posição privilegiada relativamente ao homem, seu esposo, quando este estivesse na sua povoação. O homem, depois de contrato matrimonial, residia na povoação de sua esposa por um determinado intervalo de tempo, cultivando nas terras da sogra.

As idas dos macondes de sexo masculino à costa não punham, até essa época, em causa a posição do guardião da linhagem, pois que prevalecia a troca directa de produtos/ artigos.

A falta de mercados que absorvessem os excedentes agrícolas, no interior do Planalto, explica a inexistência de valores monetários nessa época.

A conquista colonial do planalto e o início de imposição de políticas coercivas levou a uma transformação profunda da região, tanto a nível político, económico, bem como social. A introdução do pagamento de imposto, levou os macondes a dispor de dinheiro.

A presença de comerciantes no Planalto levou à instalação de infraestruturas comerciais, o que revela que os macondes passaram a contar com a rede comercial, onde colocavam os seus produtos. A circulação de valores monetários passou a ser mais regular, não só com a obrigatoriedade de pagamento de imposto, como também com a instalação de mercados algodoeiros onde os camponeses colocavam o algodão produzido recebendo em troca algum dinheiro. A procura de dinheiro levou os habitantes do Planalto a intensificar as culturas de rendimento. A circulação de valores monetários fez com que o pagamento do dote passasse a ser feito em dinheiro.

O cultivo forçado de algodão contribuiu para a perda de autoridade de tios maternos, uma vez que o padrão de distribuição de terra introduzido não jogava com o então padrão de distribuição da terra via tios maternos. Devido ao cultivo forçado do algodão muitos camponeses foram obrigados a abandonar o planalto. Os novos camponeses, idos do então Tanganhica, alguns dos quais com um certo grau de proletarização nas plantações do sisal, trouxeram para o planalto nova experiência do valor da terra, bem como novas relações de produção.

A introdução de bens materiais, a partir do então Tanganhica, levou a uma grande diferenciação do campesinato local. Os homens, esposos, e os sobrinhos, herdeiros directos dos destinos da linhagem, tornaram-se, em alguns casos, mais fortes economicamente, que os tios maternos. Isso fez com que, até aos anos 50, a terra fosse o único bem em posse dos guardiões das linhagens, na sociedade maconde do Planalto de Mueda.

A dispersão das populações, a não distribuição da terra em condições favoráveis pelos tios maternos, a não vivência em povoações para muitos, a organização colectiva preconizada pela FRELIMO, durante o período da luta armada, são factores que contribuíram significativamente para acentuar a queda do poder dos guardiões das linhagens durante esse período. Daí, o afirmar-se que a sociedade maconde saída da luta armada era uma sociedade em "crise", quer no que toca as funções da linhagem, quer no poder do tio materno.

Deste modo conclui-se que, a integração da sociedade maconde nas economias regional e mundial - através da produção virada para o mercado - , o início de circulação dos valores monetários - , com a obrigatoriedade de pagamento de imposto, a instalação de infra-estruturas comerciais e mercados algodoeiro, a imposição de políticas coercivas na região, a introdução de bens materiais a partir do então Tanganhica, bem como a política de aldeias Comunais preconizadas pela FRELIMO no período pós-independência, são factores que pesaram, em grande medida, para a fragilização do poder dos guardiões das linhagens e consequente enfraquecimento da instituição linhageira.

## **6.2 RECOMENDAÇÕES**

O acesso à terra via linhagem permitia à mulher maior protecção na utilização da terra. A perda do poder por parte dos guardiões das linhagens, e consequente enfraquecimento da instituição linhageira, conduziu a mulher à uma situação de dependência na utilização desse recurso. Neste contexto, recomenda-se que:

. As políticas de desenvolvimento a adoptar, para a área, facilitariam a utilização do recurso terra pela mulher. Deste modo, melhorariam a sua situação produtiva e a dos respectivos agregados familiares.

Uma das formas de melhorar a utilização da terra pela mulher seria o incentivo do associativismo feminino, onde se encorajaria o uso de crédito informal. Esse tipo de crédito reduziria a excessiva burocracia para uma população iletrada.

. No âmbito de Política de Terras, deve-se ter em conta que na sociedade maconde, cada pedaço de terra sempre teve " donos"- as linhagens locais.

Os potenciais implementadores de projectos de desenvolvimento, quer nacionais, quer estrangeiros, devem ter em conta os aspectos sociais e culturais da sociedade maconde. Daí o encorajamento de estudos desta natureza para tornar disponível a realidade da área.

## BIBLIOGRAFIA

### Monografias e Artigos Consultados

- ABDALLAH, Yohanna, Os Yao.- (1ª Edição em Português).- Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1983.
- ADAM, Yussuf, "Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento"./in: ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 14: 3-7, Outubro de 1993.
- ADAM, Yussuf; GENTILI, Anna Maria, " O Movimento dos Ligulani no Planalto de Mueda, 1957-1962"./ In: ESTUDOS MOÇAMBICANOS, 4(1983), Maputo: Centro de Estudos Africanos, pp. 41-75
- ANÓNIMO, Algumas considerações Sobre o Problema do Sector familiar em Cabo Delgado (Restrito). Pemba. Julho de 1979.
- BERNARDI, Bernardo, Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos.- Lisboa: Edições 70, 1974
- BOTELHO, José Justino Teixeira, História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: De 1833 aos nossos dias.- 2ª Edição, revista, com apêndice. Lisboa: Centro Tip. Colonial, 1936.
- BOS, Eduardo; VU, My T.; LEVIN, Ann; BULATÃO, Rodolfo A., World Population-Projections 1992-1993 Edition: Estimates and projections With Related Statistics.- Washington D. C., 1992.
- BRAVO, Nelson Saraiva, A Cultura Algodoeira na Economia do Norte de Moçambique.- Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/ Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 66, 1963.
- CASAL1, Adolfo Yañez, " Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Político-Ideológica da Socialização Rural em Moçambique (FRELIMO, 1965- 1984)"./ In: Revista Internacional de Estudos Africanos, 14/15.// Jill R. Dias, dir., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Centro de Estudos Africanos e Asiáticos), 1991, pp. 35-75.
- CASAL2, Adolfo Yañez, Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique.- Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.
- CASIMIRO, Augusto, "BAIXA DE MUEDA: Saida Para Excesso Populacional do Planalto"./ In: TEMPO, nº 672, 28 de Agosto de 1983, pp. 18-20.

**CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS** ( Oficina de História), Não Vamos Esquecer!- Boletim da Oficina de História. Ano 1 .- Maputo: CEA. Fevereiro de 1983

**COMANDO NAVAL DE MOÇAMBIQUE. ESTADO MAIOR, Moçambique:** Agrupamentos Étnicos. Aspectos do Estudo do Meio Ambiente.- Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1969.

**CONSELHO COORDENADOR DE RECENSEAMENTO, Os Distritos em Números.** Volume 2: Cabo Delgado. Maputo, Novembro de 1983.

**CRAVEIRINHA, João José, "MONOGRAFIA Sobre Alguns Problemas da Região dos Macondes"./In: Boletim Da Região Militar de Moçambique (12), Separata 1.- Lourenço Marques: Centro de Informação e Turismo de Moçambique, 1961.**

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA MULHER E GÉNERO/ CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, A Mulher e a Lei na África Austral ( Projecto de Investigação).** Direito à Sucessão e Herança- Moçambique.- Maputo: CEA/UEM, 1994.

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, História de Moçambique. Vol. II: Agressão Imperialista ( 1886/1930).**- Maputo: Departamento de História da UEM/ TEMPO, 1982.

**DIAS, Jorge, "Estruturas Sócio-Económicas em Moçambique"./ In: Moçambique: Curso de Extensão Universitária.- Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964/65**

**DIAS, Jorge; DIAS, Margot, Os Macondes de Moçambique, 3 volumes.**- Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964; 1970.

**DUARTE, Ricardo Teixeira, Escultura Maconde.**- Maputo: DAA/ Núcleo Editorial da UEM, 1987.

**EGERO1, Bertil, Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia.**- Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992.

**EGERO2, Bertil, COLONIZATION AND MIGRATION: A Summary of Border-Crossing Movements in Tanzania Before 1967.**- Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1979.

**FOX, Robin, Parentesco e casamento: Uma Perspectiva Antropológica.**- Lisboa: Tip. Macário, 1986.

**FRELIMO, Directivas Económicas e Sociais( Documentos do 3º Congresso da FRELIMO).** Publicação do Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, s/d.

**FRELIMO, Documentos da 8ª Sessão do Comité Central.**- Maputo, 11 a 27 de Fevereiro de 1976.

**FRELIMO**, Rumo ao Socialismo.- 3º Congresso, 3 a 7 de Fevereiro de 1977.

**GALLI**, Rosemary E.; **FUNK**, Ursula, " Structural Adjustment and Gender in Guinea-Bissau"/ In: WOMEN PAY THE PRICE: Structural Adjustment in africa and the Caribbean// Gloria Thomas Emeagwali, ed., 1995, pp. 13-36.

**GEFFRAY1**, Christian, Travail Et Symbole Dans le Societe Des Makhuwa. Ecole Des hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, Jan. 1987.

**GEFFRAY2**, Christian, A Causa das Armas- Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique.- Porto: Edições "Euren macua, o Polo subdivide-se em territórios, mithettb plural; muthettbe, p.32. Afrontamento, 1991.

**HAVILAND**, William A., Cultural Anthropology.- Vermont: University of Vermont, 1993.

**HEDGES**, David, Coord., História de Moçambique. Vol. III: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961.- Maputo: Departamento de História da UEM, 1993.

**ILIFFE**, John, A Modern History of Tanganyika.- Cambridge: University of Cambridge, 1979.

**ISAACMAN**, Allen & Barbara, Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1984 Boulder: Westview Press, 1983.

**ISAACMAN**, Allen & Barbara, "Mozambique During the Colonial Period"/ Decolonization in Frenc, Belgian, Portuguese and Italian in Africa: A Bibliography// David Gardinier, ed., 1980, vol.6.

**KAMUGISHA**, Joseph M., A Study of Makonde Social and Religious Institutions.- Oxford: University of Oxford, 1981.

**LITTLEJOHN**, Garry (Politics Department Southern African Research Project) Rural Development in Mueda District Mozambique. University of Leeds: African Studies Unit.- May 1988.

**MAFEJE**, Archie, "Agregados e Perspectivas de Relançamento da Agricultura na África ao Sul do Saara"/ In: CIÊNCIAS SOCIAIS EM ÁFRICA: Alguns Projectos de Investigação// Thandika Mkandawire, ed., Dakar: CODESRIA, 1992.

**MATOS**, Leonor Maria Correia, "Notas Sobre o Direito de Propriedade da Terra dos Povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique"/ In: MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, vol. 7, Série C.- Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1965.

**MEDEIROS**, Eduardo, "Evolução de Algumas Instituições Sócio-Familiares"/ In: CADERNOS DE HISTÓRIA ( Boletim do Departamento de História da UEM), nº 1. Maputo, Junho de 1985, pp. 19-37.

**MEENA**, Ruth, ed., Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues.- Harare: SAPES Books, 1992.

**MINISTÉRIO DE AGRICULTURA**. Cooperação Suíça/ Moçambicana ( Projecto FO9)- Desenvolvimento de Mueda. Plano a médio e longo prazo de desenvolvimento de Mueda. sd.

**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO** (República Popular de Moçambique), Atlas Geográfico.- Vol.1. 2ª Edição (Revista e actualizada). MINED (Mocambique)/ Esselt Map Service AB ( Estocolm- Suécia), 1986.

**MURPHY**, Robert F., Cultural & Social Anthropology: An Overture.- New Jersey: Prentice Hall, 1989.

**MPALUME**, Estevão Jaime, Vyaja Vyoe Vya Mauvilo Mu Mosambique.- Cabo Delgado: Nucleo de Associação de Escritores Moçambicanos.

**NAMONGA**, Salésio, Citado em: Albano Naroromele, Depoimentos de Velhos do Planalto de Mueda ( Projecto: Poder/ Autoridade Tradicional), Cabo Delgado.- Maputo, Outubro de 1992.

**NCHAGUA**, Andriki Lidimo, citado em: Albano Naroromele, Depoimentos de Velho do Planalto de Mueda (Projecto: Poder/ Autoridade Tradicional), Cabo Delgado.- Maputo, Outubro de 1992.

**PÉLISSIÉR**, Réne, Naissance du Mozambique- Résistance et Révoltes Anti Coloniales ( 1850-1918).- Tomo II. Orgeval ( França), 1984.

**PILILÃO**, Fernando (cartógrafo), Moçambique: Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial, 1974-1987, 1991?

**POIRIER**, Jean, Ethologie Regionale (Enciclopedia de la Pleiade), Vol. 1.- Paris: Editions Gallimard, 1929.

**RAPOSO**, Isabel, O viver de Hoje e de Ontem: A Aldeia e a Musha.- Maputo: INPF/ Fac. Arquitectura ( UEM), 1991.

**REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE**. Constituição da República Popular de Moçambique. Lei da nacionalidade e Constituição do Primeiro Governo.- Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**. Constituição da República de Moçambique. Maputo, 1990.

RITA-FERREIRA, A., Os Cheuas da Macanga. Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. 8, Série , 1966.

SAITO, Katrine A.; SPARLING, Daphne, Developing Agricultural Extension for Women Farmers ( World Bank discussion paper, nº 156).- Washington D.C.: The World bank, 1992.

SCHULTZ, Emily A.; LAVENDA, Robert H., Cultural Anthropological: A Perspective on The Human Conditions.- New York: West Publishing Company, 1990.

TORNAY, Serge, "Estudo do Parentesco"./ In: Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?// J. Copans, et. al.- Lisboa: Edições 70, 1971.

THE WORLD BANK, The Role of Women in Economic Development.- Wshington D.C. ( A world Bank Country Study), s/d.

THE WORLD BANK, Women in Development.- Washinton D.C., 1990.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE/ CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS ( Oficina de História), A Situação nas Antigas Zonas Libertadas de Cabo Delgado.- Maputo: CEA, 1983.

VERDAANSDONK, António, História de Um Povo: Moçambique Ontem e Hoje.- Breda, Missiencentrum Paters der HH. Harten te Breda, 1976.

VILHENA, Ernesto Jardim de, COMPANHIA DE NIASSA: Relatórios e Memórias Sobre os Territórios.- Lisboa: Typographia da " A Editora", 1905.

WLSA, Inheritance in Swaziland: Law and Practice: Women and Law in Southern Africa Trust, 1994.

#### TESES CONSULTADAS

ARAÚJO, Manuel G. M. de, O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo.- Lisboa: Universidade de Lisboa, 1988. Tese de Doutoramento.

CHILUNDO, Arlindo Gonçalo, The Economic and Social Impact of the Rail and Road Transportation Systems in the Colonial District of Mozambique ( 1900-1961).- Minnesota: University of Minnesota, Nov. 1995. Tese de Doutoramento.

OLIVEIRA, Ângela Maria Teixeira Rebelo de, Análise das Relações Sociais de Produção na Sociedade Maconde ( período 1850-1984). Dissertação com o objectivo de obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia.- Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências sociais e Humanas. Departamento de Antropologia, 1987/88.

**SOUTO, Amélia Neves, Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique (200/300-1930). 1ª Edição moçambicana. Maputo: UEM/CEA, 1996. Tese de Licenciatura.**

## **ENTREVISTAS**

**AKULUENDO, Luís:** Entrevista, Aldeia Muatide, 24/07/1997.

**ANAJAMBULA, Faustino:** Entrevista. Direcção Distrital de Agricultura de Mueda. Mueda-Sede, 31/07/1997.

**BAKILI, André:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.

**CHAMBO, Xavier (Técnico Cartógrafo).** Comunicação pessoal. DINAGECA. Departamento de Toponímia e Divisão Territorial. Maputo, 13/06/1997.

**CHIMANG'ANDE, Eduardo João:** Entrevista. Direcção Distrital de Agricultura de Mueda. Sector de Extensão Rural. Mueda-Sede, 31/07/1997.

**DYENGA, Regina:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.

**ELIAS, António:** Entrevista, Aldeia Namande, 19/07/1997.

**JUAKIMU, Mariano:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/1997.

**KALATASSI, Juliana, et. al.:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.

**KAMESSA, Kassiano: et al. :** Entrevista, Aldeia Muambula, 3/08/97.

**KATUMA, Mário Mulula, et.al.:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/1997.

**MAJULI, André Paulo, et. al.:** Entrevista, Aldeia Muatide, 18/07/1997.

**MAKABA, Munuwao:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/1997.

**MANGUNDU, Mavi Paulina, et.al.:** Entrevista, Aldeia Matambalale, 6/07/1997.

**MATIAS, Hedviges:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/1997.

**MAÚNDE, Jonas, et.al.:** Entrevista, Aldeia Muambula, 3/08/1997.

**MUSIKA, Madalena:** Entrevista, Aldeia Mpeme, 30/07/1997.

**MBETETA, Daniel:** Entrevista, Aldeia Muatide, 20/07/1997.

- NAMAKOMA, Amado, et.al.: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/08/1997.
- NANDULU, Dapesse Saide, et al. : Entrevista; Aldeia Mpeme, 28/07/1997.
- NANDWEKE, Pedro: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.
- NGABÓLI, Ágata: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/1997.
- NGANDAU, Januário Ambrósio: Entrevista, Aldeia Mpeme, 29/07/1997.
- NTUMI, Pedro: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/08/1997.
- NTUMWA, Catarina, et. al.: Entrevista, Aldeia Matambalale, 7/08/1997.
- NTCHAÍLA, Julieta: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.
- RACHIDE, Augusta: Entrevista, Aldeia Muatide, 4/08/1997.
- UTEDA, Vicente, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.
- VÍCTOR, Júlia: Entrevista, Aldeia Muatide, 10/08/1997.
- VINHATA, Januário Paleke, et. al.: Entrevista, Aldeia Mpeme, 28/07/1997.
- WEST, Harry. Comunicação pessoal. Maputo, 14/07/1997.

## ANEXOS

O seguinte exemplar de entrevistas é referente ao trabalho de campo, subordinado ao tema "As Relações de Género e o Acesso e Controle da Terra pela Mulher na Sociedade Maconde do Planalto de Mueda, entre 1930 à actualidade."

As três entrevistas aqui apresentadas foram recolhidas na Aldeia Mpeme, no Distrito de Mueda, entre os dias 28 à 29 de Julho de 1997.

### Anexo Um. ENTREVISTA

Local de entrevista: Aldeia Mpeme. Distrito de Mueda.

Data de entrevista: 29 de Julho de 1997.

Entrevistado: Mariano Juakimu.

Idade: 59 anos (antigo combatente)

Ocupação: Camponês.

### 1º COMPLEXO

#### O PERÍODO ANTES DA CONQUISTA COLONIAL DO PLANALTO DE MUEDA ( PERÍODO PRÉ-COLONIAL)

##### 1) Como é que os macondes viviam na época pré-colonial?

Resposta: Ouvi dos velhos que nessa época, os nossos antepassados viviam em *makadja*.<sup>1</sup> Em cada *likadja*<sup>2</sup> existia um *nang'olo*,<sup>3</sup> que era o chefe da povoação. Ele era o irmão ou o tio materno dos membros aí residentes. em cada povoação existiam, para além do tio materno, os seus irmãos, sobrinhos, mulheres- da linhagem, e outras vindas de fora, aí casadas.

##### 2) Como é que era regulado o acesso à terra, nessa época?

R: Nessa época quem distribuía terras aos membros componentes da sua povoação era o respectivo *mwenekadja*<sup>4</sup>. Neste caso, quando o sobrinho crescesse, ele dizia: "Estas terras todas quem cultivava sou eu. Tens que parar aqui para cultivar esta área." Ou também dizia "Este ano vais cultivar aqui."

*Eram eles, os anciãos, que sabiam como é que estavam dispostas as parcelas-mães das respectivas linhagens. As mulheres da linhagem, irmãs e sobrinhas, enquanto estivessem na povoação uterina, solteiras ou casadas, cultivavam na chamada parcela -mãe da sua linhagem.*

<sup>1</sup> Que em português significa povoações.

<sup>2</sup> Singular de *makadja*. Povoação

<sup>3</sup> Ancião.

<sup>4</sup> Chefe da povoação.

## 2º COMPLEXO

### A PENETRAÇÃO COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA

#### 1) Pagou imposto?

*R: Eu pessoalmente não paguei. Mas vi pessoas quando carregavam os seus produtos e iam às lojas de indianos em Namaua para vendê-los e conseguir dinheiro que iam guardando pouco a pouco até contabilizar o suficiente para o pagamento do imposto.*

#### 2) Cultivou algodão?

*R: Não cultivei algodão. Só o meu pai.*

#### 3) Foi a Mpanga?

*R: Ouvi dizer que iam os casais e as mulheres iam para sustentar os seus maridos. Elas não eram envolvidas directamente nos trabalhos das sisaleiras, que duravam seis meses. Era ordem da administração. As pessoas iam também a Mwangani na construção de estradas.*

## 3º COMPLEXO

### A QUESTÃO DO ACESSO A TERRA DURANTE A LUTA ARMADA

#### 1) Como é que se tinha acesso a terra durante o período da luta armada?

*R: Antes do início da luta armada as pessoas viviam em povoações. Quando iniciou cada um refugiou-se para onde quisesse. E quando chegasse numa dada área, os donos dessa região é que davam terra de cultivo. Em muitas regiões onde as pessoas se tinham refugiado, havia povoações pertencentes a determinadas linhagens. Em algumas zonas existiam estradas. Em outras não. Era nessas zonas sem estradas que as pessoas procuravam refugiar-se, porque como era mato, os portugueses não conseguiam lá chegar. Durante este período não existiu o tio materno a distribuir terras. Até porque acontecia ele pedir terras onde se refugiasse. Pedia terra de cultivo aos respectivos veneshilambo<sup>5</sup> que aí encontrava. Os que saíssem duma zona como chefes das povoações, ao se refugiarem numa outra área, pediam terras. Eles não mandavam nas terras dos outros.*

## 4º COMPLEXO

### PERÍODO PÓS INDEPENDENCIA

#### 1) Depois da luta armada, as pessoas voltaram para as suas antigas povoações?

---

<sup>5</sup> Que significa donos de uma dada área.

*R: Não, as pessoas não foram fixar-se nas suas antigas povoações. Eu por exemplo nesta aldeia Mpeme, estou longe da minha antiga povoação. Quando fixamo-nos nas aldeias, as anteriores tarefas do tio materno, tais como a distribuição de terras, terminaram. Mas mesmo assim, as pessoas vão nas suas antigas povoações, onde se situam as suas parcelas-mães.*

**2) Na fase actual, como é que a mulher tem acesso à terra?**

*R: Ela tem acesso a terra via casamento se for casada. E se for solteira, cultiva nos terrenos dos pais ou pede emprestado terrenos de cultivo.*

**ANEXO DOIS. ENTREVISTA**

Local de entrevista: Aldeia Mpeme. Distrito de Mueda.

Data de entrevista: 29 de Julho de 1997.

Entrevistado: Januário Ambrósio Ngandau

Idade: Aproximadamente 43 anos.

Ocupação: Camponês.

**1º COMPLEXO**

**O PERÍODO ANTES DA CONQUISTA COLONIAL DO PLANALTO DE MUEDA ( PERÍODO PRÉ-COLONIAL)**

**1) Como é que os macondes viviam na época pré-colonial?**

*R: Os nossos antepassados viviam em povoações compostas de respectivos membros da linhagem. Aí existiam os irmãos, sobrinhos, mulheres casadas e solteiras. Na povoação, viviam também os homens vindos de fora que aí casavam. No passado os velhos faziam "experiência" ao homem que casava na povoação. Ficava na povoação durante três anos para provar se ele seria capaz, ou não, de cuidar bem da filha da linhagem, onde quer que estivessem. Atribuíam ao noivo uma parcela de terra que cultivava com a esposa. Depois de certificar que o homem era produtor, autorizavam-no a abandonar a povoação de sua esposa, juntamente com ela para fixar a residência na povoação do seu tio materno. As terras que deixavam ficavam a cargo dos sogros. Na povoação materna do seu esposo, ela tinha acesso a terra via casamento.*

**2) Como é que era regulado o acesso à terra, nessa época?**

*R: Os membros da povoação tinham, cada um, terrenos de cultivo atribuídos pelo respectivo chefe da povoação na chamada parcela-mãe. As mulheres não casadas cultivavam nos terrenos da mãe. Nessa época, as terras de cultivo não se situavam longe da povoação.*

## **2º COMPLEXO**

### **A PENETRAÇÃO COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA**

#### **1) Pagou imposto?**

*R: Não paguei imposto. Mas o meu pai pagou.*

#### **2) Cultivou algodão?**

*R: Não cultivei algodão*

## **3º COMPLEXO**

### **A QUESTÃO DO ACESSO A TERRA DURANTE A LUTA ARMADA**

#### **1) Como é que se tinha acesso a terra durante o período da luta armada?**

*R: Durante esse período cada pessoa tinha acesso a terra onde tivesse se refugiado. Algumas pessoas tinham-se refugiado em Ng'apa, outras em Nangade e até houve quem atravessasse a fronteira para Tanzania.*

## **4º COMPLEXO**

### **PERÍODO PÓS INDEPENDENCIA**

#### **1) Depois da luta armada, as pessoas voltaram para as suas antigas povoações?**

*R: Algumas pessoas queriam voltar para as suas antigas madembe<sup>6</sup> onde tinham as suas terras, e onde tinham saído com o início da luta armada. Mas depois veio a FRELIMO dizer que tínhamos que viver juntos, em aldeias comunais, porque viver cada um na sua povoação não era viável. É assim que começaram a medir os terrenos nas novas aldeias para a construção de casas. Mesmo com as aldeias comunais cada um foi a sua antiga povoação cultivar.*

#### **2) Na fase actual, como é que a mulher tem acesso à terra?**

---

<sup>6</sup> Ruínas

*R: a mulher casada tem acesso a terra via casamento. A mulher viúva cultiva a terra do falecido marido caso, os familiares consentam. Mas também pode permanecer por causa dos filhos.*

### **ANEXO TRES. ENTREVISTA**

Local de entrevista: Aldeia Mpeme. Distrito de Mueda.

Data de entrevista: 29 de Julho de 1997.

Entrevistado: Julieta Ntchaila

Idade: 60 anos.

Estado civil: casada

Ocupação: Camponesa (Foi Antiga Combatente)

#### **1º COMPLEXO**

#### **O PERÍODO ANTES DA CONQUISTA COLONIAL DO PLANALTO DE MUEDA (PERÍODO PRÉ-COLONIAL)**

##### **1) Como é que os macondes viviam na época pré-colonial?**

*R: Na povoação viviam os membros da mesma linhagem. Essa povoação era dirigida por mwenekadja.*

##### **2) Como é que era regulado o acesso à terra, nessa época?**

*R: Nessa altura quem distribuía terras era o tio materno. Ele reunia os membros da sua povoação para os comunicar da chegada da época do cultivo. Mas igualmente chamava os chefes de outras povoações com que delimitava as fronteiras na parcela-mãe. O tio materno dizia aos seus membros: Vocês devem parar aqui. Nenhuma pessoa deve atravessar a fronteira para invadir o lado que não nos pertence. Por exemplo, nesta zona de Mpeme, que no passado era conhecida por zona baixa, nós, os da linhagem VaNashuvi confinávamo-nos com os das linhagens VaNkudya, VaNnali e VaMandamo. O homem quando casasse ia viver na povoação materna da sua esposa. Aí ele trabalhava nas terras da sogra. Depois do período probatório, que podia ser de dois anos, pedia autorização para ir viver na povoação do seu tio materno, juntamente com a esposa. Quando saíssem as terras que cultivavam passavam para os sogros. Assim, o homem perdia o direito de cultivo nas terras da linhagem da esposa.*

## **2º COMPLEXO**

### **A PENETRAÇÃO COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA**

#### **1) Pagou imposto?**

*R: Eu paguei "indirectamente" o imposto. Ostentei no pescoço a garrafinha identificativa do pagamento desses imposto. Quando os capatazes vissem essa garrafinha com o cartão metido no seu interior, certificavam que o casal tinha pago o imposto. As vezes os capatazes interpelavam as mulheres à caminho de fonte de água. Quando tivesse pago era reconhecida e eles diziam: "mamã, pode ir. O teu marido já pagou imposto." Mas igualmente eu fui a Mpanga dar assistência ao meu marido.*

#### **2) Cultivou algodão?**

*R: Sim. Cultivei o algodão uma vez quando era menina já rituada. O terreno do algodão chamava-se indima. Cultivava-se um hectare. Para os que tivessem capacidade produtiva podiam cultivar dois hectares.*

## **3º COMPLEXO**

### **A QUESTÃO DO ACESSO A TERRA DURANTE A LUTA ARMADA**

#### **1) Como é que se tinha acesso a terra durante o período da luta armada?**

*R: Durante a luta armada não existiu o tio materno a distribuir terras de cultivo. Nós utilizavamos o sistema de cultivo designado por kulima lipwela. Aqueles que saiam de Muidumbe, ou de outras regiões, cultivavam onde tivessem se refugiado. Por vezes as estruturas diziam: dêiam terra de cultivo à essa pessoa, que vem de longe. Deve cultivar. Quando ela sair, há-de deixar esses terrenos."*

## **4º COMPLEXO**

### **PERÍODO PÓS INDEPENDENCIA**

#### **1) Depois da luta armada, as pessoas voltaram para as suas antigas povoações?**

*R: Muitas pessoas não voltaram para as suas antigas povoações. Recebemos a ordem de vir ficar nas aldeias. Mas cada um vai a sua lidembe.*

**2) Na fase actual, como é que a mulher tem acesso à terra?**

*R: Actualmente a mulher casada tem acesso a terra via casamento. As não casadas pedem emprestado terrenos de cultivo ou seguem os movimentos dos seus pais.*